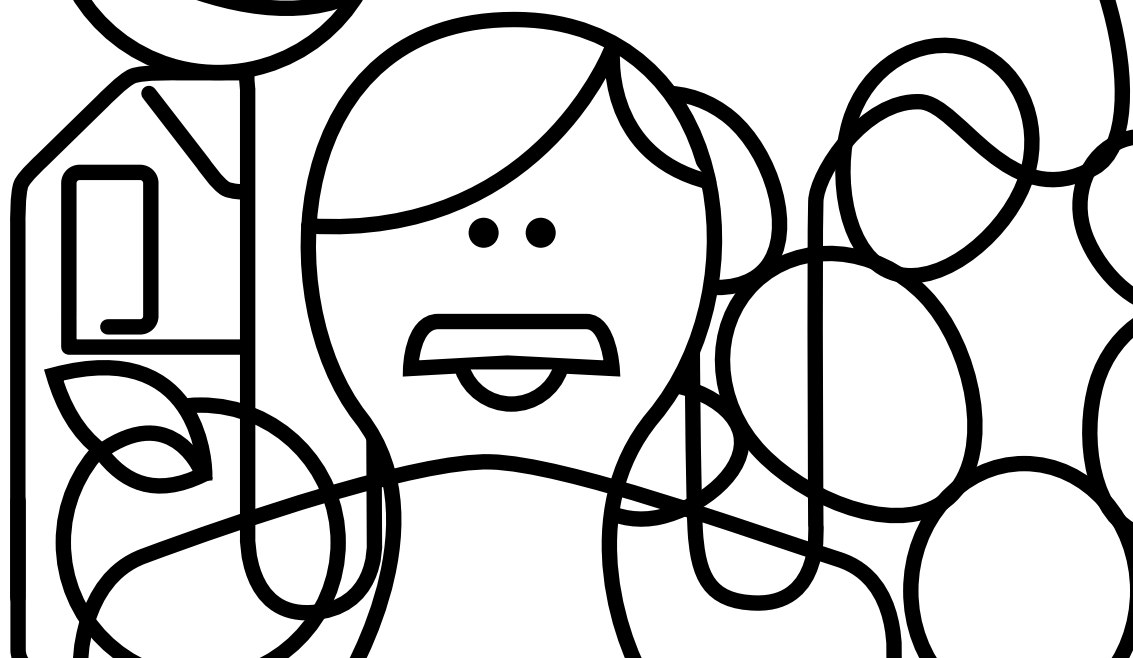
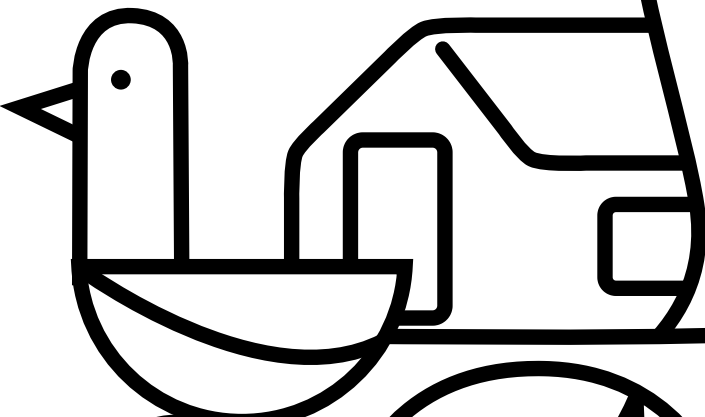
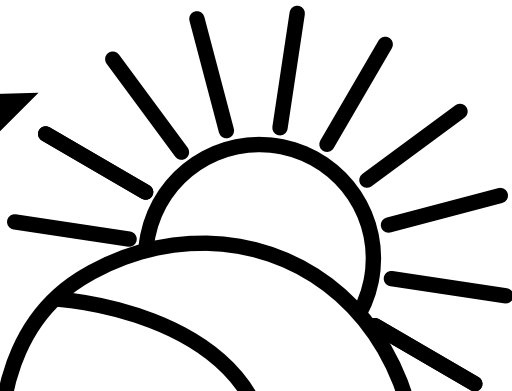


Vozes

da Convivência com o

Semiárido

Wedna Galindo (Org.)



V977 Vozes da convivência com o semiárido. /
organizadora:Wedna Galindo; entrevistas: Catarina de Angola,
Daniel Lamir, Laudence Oliveira, Nathália D'Emery; colaboração:
Sara Brito. Recife : Centro Sabiá, 2013.

100 p. : il.

Inclui bibliografia

1. Semiárido – seca - Nordeste. 2. Convivência - práticas.
3. Semiárido – políticas públicas. I. Galindo, Wedna (org.).
II. Angola, Catarina de. III. Lamir, Daniel. IV. Oliveira, Laudence.
V. D'Emery Nathália. VI. Brito, Sara (colab.). VII. Título

CDU 551.577

Para ler Vozes da Convivência com o Semiárido Wedna Galindo	04
Semiárido: conviver na direção dos saberes sustentáveis Edna Maria do Nascimento	06
Prefácio Naidison Baptista	08
A construção social do Nordeste Antônio Barbosa	16
Tecnologias de acesso à água e poder João Suassuna	27
Mudanças climáticas no Semiárido: desafios da desertificação Paulo Pedro de Carvalho	32
Ações de governo para convivência com o Semiárido José Aldo dos Santos	38
Proteção da Caatinga e combate à desertificação Sérgio Mendonça	43
Segurança alimentar e seca no Semiárido Maria Emilia Pacheco	46
Contribuições da sociedade civil às ações governamentais Doriel Barros	53
Agroecologia como estratégia para convivência com o Semiárido Paulo Petersen	59
Estratégia agroecológica para o Semiárido Marcos Figueiredo	66
Mudança de consciência para a convivência com o Semiárido Dom Egídio Bisol	76
Convivência com o Semiárido como diretriz para a vida na região Alexandre Pires	83
Lista de Siglas	88
Sobre autores/as e entrevistados/as	93

Sumário

Para ler Vozes da Convivência com o Semiárido

Wedna Galindo

O livro *Vozes da Convivência com o Semiárido* originou-se de entrevistas que o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá realizou, durante o ano de 2012, com pessoas de diversos lugares institucionais, implicadas com o tema da seca. A ideia inicial foi de produzir uma série especial de entrevistas para o programa de rádio *Em Sintonia com a Natureza*, veiculado no Sertão de Pernambuco, na Rádio Pajeú, e para o boletim eletrônico *O Canto do Sabiá*, ambos do Centro Sabiá. Nos dois veículos de comunicação, as entrevistas foram mobilizadoras de reflexões, debates e acreditamos que também proporcionaram novas ideias e novas reflexões, inclusive sobre posicionamentos políticos nesse cenário.

O sucesso das entrevistas motivou o Centro Sabiá a organizar o livro. Para tanto, submetemos o texto inicial de entrevista a cada entrevistado e entrevistada, solicitando sua aprovação para publicação nesta coletânea. Alguns ajustes foram feitos pelos entrevistados/as, considerando a

mudança do objetivo - antes uma entrevista, agora um texto para composição de um livro. Mas, alertamos os/as leitores/as que nossos esforços foram de manter o texto mais próximo de sua produção original, um diálogo-questionador sobre a seca e a convivência com o Semiárido.

É importante lembrar de que o trabalho de realização das entrevistas, além de sua edição e formatação, contou com vários profissionais articulados ao Centro Sabiá.

Para ler Vozes da Convivência com o Semiárido, pode-se partir de qualquer ponto do livro. O sumário já anuncia o título de cada texto/entrevista e seu/sua respectivo/a autor/a. Para quem optar por ler o livro na ordem em que são apresentados os textos, adiantamos que inicialmente aparecem os textos cuja referência prioritária é a história do Semiárido, seguido dos que enfatizam políticas para a região para, finalmente, concluir com debates cuja ênfase é na defesa da convivência com o Semiárido.

Desejamos que o livro cumpra sua função de manter vivo o debate sobre essa convivência, colocando-se como um portal a partir do qual novas realidades podem ser identificadas, apresentadas, construídas, sempre com a perspectiva de promoção de vida digna para a região e para quem vive nela.

Semiárido: conviver na direção dos saberes sustentáveis

Edna Maria do Nascimento

A coletânea de entrevistas produzidas pelo Centro Sabiá constitui o retrato da riqueza e da diversidade de pensamentos e propostas que dialogam com o paradigma da convivência com o Semiárido, gerador de vida digna, mudança de mentalidade, produtora de bens e serviços ecoprodutivos.

Todas as pessoas entrevistadas, quando perguntadas sobre o combate à seca ou convivência com o Semiárido, responderam sem pestanejar: sem dúvida convivência com o Semiárido, com certeza! Conviver, segundo o dicionário Aurélio, quer dizer: viver em comum com outrem na intimidade, em familiaridade. O que nos remete a uma relação de profundo conhecimento do outro e respeito pelo seu modo de ser. As entrevistas debulharam vários itens dessa convivência com o outro: água como direito para consumo humano, animal e produção; políticas públicas de convivência; agricultura familiar agroecológica; relação respeitosa, harmoniosa e amorosa entre seres humanos e natureza; geração de renda a partir da aptidão local; potencialização do que o Semiárido oferece

naquele determinado momento; preparação para os períodos de estiagem prolongada; mais agilidade dos governos para atender à população nos períodos de seca; estocagem de água, forragem, sementes; educação contextualizada e libertadora; fortalecimento das organizações sociais que atuam na região, enfim, repensar o estilo de desenvolvimento que queremos.

A leitura, saboreadamente semiárida, enche-nos de esperança, mas não de uma esperança qualquer como dizia Freire: “Não é, porém, a esperança um cruzar de braços e esperar. Movo-me na esperança enquanto luto e, se luto com esperança, espero”(Pedagogia do Oprimido). Estes relatos, aqui organizados, falam dessa esperança plena de “com + paixão” pelos povos, pela mata branca (caatinga), cultura, fauna, flora, biodiversidade, sabores e saberes, agricultura familiar, rios e riachos, cores e formatos, cheiros, texturas, sons, luta por uma vida digna, plena de oportunidades e de possibilidades para todos e todas.

Boa leitura, cheia de pensamentos férteis, frutíferos!

Edna Maria do Nascimento é educadora popular, graduada em história, mestre em Ciências Políticas e Sócia do Centro Sabiá.

Prefácio

Naidison Baptista

Acabo de ler e reler os vivos, interessantes e questionadores textos do livro *Vozes da Convivência com o Semiárido*. O Centro Sabiá me pediu que escrevesse algo sobre esta coletânea. Assim, aventurei-me a colocar de público muito mais que raciocínios e pensamentos lógicos. Aqui vão os sentimentos que afloraram no caminho dessa leitura e ainda estão presentes em mim. Ao ler estes textos, sempre me acompanharam várias imagens.

Imagem um: a construção gradativa da ideia e práticas de convivência com o Semiárido. Os processos agroflorestais que muitas organizações implementaram, em realidade nadando contra a maré; o empenho na construção da agroecologia no Semiárido, com suas particularidades e especificidades; as cisternas de consumo humano, que em número de quase 700 mil se espalham pelo Semiárido levando vida às pessoas; as implementações do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), produzindo alimentos, vida e convivência com a região; a educação contextualizada; a Rede de Assistência Técnica e Extensão Rural do Nordeste (Rede Ater/NE); os bancos de sementes que se espalham pelo Semiárido a fora; a Caatinga que é revitalizada; os fundos rotativos que apoiam práticas variadas de convivência com o Semiárido, máxime

aquelas que não encontram apoios oficiais, mas que marcam a realidade com iniciativa novas e fazem aflorar a criatividade dos agricultores e agricultoras. Enfim, a vida que, a partir da prática dos próprios agricultores e agricultoras, volta a se mostrar, sorridente e forte, no Semiárido brasileiro, fruto da opção feita por um conjunto grande de organizações de não atuar na perspectiva do combate à seca, e sim, da convivência com o Semiárido.

Ao identificar essas e outras práticas, vi e vejo a presença de inúmeras organizações da sociedade civil na construção dessa história. Vejo o Centro Sabiá, o Caatinga, as Cáritas Regionais e Diocesanas, Dioceses, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Cetra, MOC, IRPAA, SASOP, CAA de Minas e da Bahia, Esplar, APAEBS, Diaconia, organizações não governamentais as mais variadas, entidades evangélicas e outras que, no dia a dia, na teimosia pedagógica e política de suas vidas, acreditaram, e acreditam, na proposta de convivência. Esta proposta que construíram, e que continuam construindo pouco a pouco, organizou-se na Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), interferindo nas políticas nacionais e estaduais e tornaram-se capazes de gerar esses resultados.

Imagem dois: a interferência na política. Enquanto pessoa que respira a ASA e sua proposta, no dia a dia vejo que, ao nos articularmos, fomos capazes de gerar forças adicionais, sistematizar nossas práticas, construir, executar e monitorar políticas de modo efetivo e eficaz. E aí esta a raiz das mudanças que, mesmo de modo embrionário, começam a

transformar a vida das pessoas e comunidades do Semiárido. Nessa dimensão, procuramos ocupar espaços estratégicos de elaboração, proposição e execução de políticas públicas. Assim é que, enquanto ASA, estamos no Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), na maioria dos CONSEAs Estaduais, inclusive em suas direções, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), nos Conselhos de Desenvolvimento, nos Conselhos Territoriais, redes as mais variadas e outros espaços. Enquanto ASA, igualmente, não nos esquecemos de ir à ruas e praças, realizando fortes manifestações, quando avaliamos que esta postura seria importante para a construção ou continuidade das políticas de convivência com o Semiárido. Afinal, como sociedade civil podemos ser parceiros do Governo, mas sem esquecer o essencial de nossas propostas e da necessidade de explicitar ao Governo as possíveis incoerências em que ele ingressa e das quais precisa sair.

Muitos documentos e proposições dos CONSEAs e outros conselhos possuem a nossa marca e muitas políticas que começam a aparecer aqui e ali, no seio dos Governos, de igual modo, encarnam princípios, metodologias e processos por nós já desenvolvidos e sistematizados.

Imagem três: Governo assumindo aos poucos a convivência com o Semiárido. Vários espaços oficiais do Governo Federal e de Governos Estaduais estão determinados a construir processos de convivência com o Semiárido e a abandonar a carcomida política de combate à seca. Por isso, há a determinação da universalização da oferta de água para

famílias esparsas no Semiárido; há a ampliação da oferta de processos de armazenamento de água para produção, por meio da segunda Água, P1+2, Água de Comer, ou seja lá com que denominação se batizem estas ações estratégicas. Fato é que crescem estas ações. Isso significa dotar as famílias do Semiárido de duas estratégias dimensões de estoque de água: aquela para consumo humano e aquela para produção.

Simultaneamente, vemos as ações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), especialmente aquele gerenciado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que privilegia o trabalho por meio de organizações da sociedade civil; há igualmente as ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com a perspectiva de aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar; as experiências de economia solidária; as perspectivas de assistência técnica, mesmo eivadas de contradições e de burocratismos que terminam sufocando-a; os créditos voltados para a convivência com o Semiárido, embora ainda pequenos e difíceis de ser conseguidos, e outras perspectivas que nascem e se enraízam. Nesse campo merece destaque a presença do CONSEA Nacional, vigilante, propositivo, questionador e mentor de um conjunto de políticas e práticas na perspectiva da convivência.

Olhando pelo viés dos Estados, vemos também Secretarias e/ou Superintendências que se voltam para a agricultura familiar, para a convivência com o Semiárido, para a dinamização do estoque de água para consumo humano e produção, para a comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Imagem quatro: na contramão da história, ainda o combate à seca. A presença, persistência e ampliação de muitas ações e estratégias de combate à seca, enraizadas nas grandes obras que excluem os agricultores familiares, comunidades tradicionais (quilombolas, comunidades de fundo de pasto, geraizeiros, caatingueiros, etc.), povos indígenas e outros, materializam a continuidade de políticas que nada mais fizeram que concentrar a água e a terra, assim como as oportunidades, em mãos de poucos no Semiárido, gerando a miséria, a fome, a exclusão hoje ali existentes e, clinicamente, creditadas à natureza. Aí estão, para não ir mais adiante, a transposição do São Francisco, consumindo oceanos de recursos, sempre com preços reajustados e exorbitantes, concentrando a água nas mãos daqueles que já detêm boa parte das águas do Semiárido e reproduzindo modelos agroexportadores, concentradores de riquezas e não produtores de alimentos. Simultaneamente, as cisternas de polietileno (cisternas de plástico), custando mais que o dobro das cisternas de placas de cimento; desprezando a economia local, pois nem compram no comércio local/regional, nem valorizam a mão de obra e serviços de pedreiros, ajudantes e outros, trazendo para as comunidades produtos acabados, mas sem ligação com a vida das pessoas. E, isso em nome de celeridade, de cumprimento ágil de metas e outras questões não comprovadas.

Se olharmos muitos programas governamentais, tanto federais quanto estaduais, o que vemos é o combate à seca, revestido de pele de cordeiro. Por isso, esses processos tomam, nos documentos oficiais, a denominação de ações de convivência com o Semiárido. Afinal, falar de combate à seca, hoje em dia, não é conveniente. Desse modo, confere-se outra nomenclatura às mesmas e carcomidas práticas.

Todas estas imagens a que nos referimos retratam fenômenos, ações e estratégias que povoam o Semiárido e a nossa vida e não são neutras. São resultados da opção política de organizações da sociedade civil, Conselhos, redes e Governos.

Mais especificamente, se olharmos o Governo Federal é o mesmo Governo que inicia ações de convivência com o Semiárido e que, através de Ministérios fortes e muitos recursos, empenha-se na perspectiva do combate à seca. O mesmo Governo que, com uma mão pretende erradicar a pobreza, e atua com determinação neste sentido, mas que não resiste à tentação de concentrar bens, serviços, água e conhecimento nas mãos de poucos, em detrimento dos que sempre foram marginalizados.

No Rio Grande do Norte, por exemplo, na Chapada do Apodi, onde vivem milhares de famílias agricultoras que experimentam técnicas e práticas da convivência com o Semiárido, - famílias que acessaram água para beber e produzir a partir de seus conhecimentos acumulados e da relação com organizações articuladas na ASA e movimentos sociais -, o Governo Federal acirra suas contradições e quer, a qualquer custo, implantar um perímetro irrigado que expulsa tais famílias de suas terras para beneficiar uma meia dúzia de grandes empresas em um projeto que já nasceria fadado ao fracasso, se o analisamos na perspectiva da convivência com o Semiárido.

Refletindo acerca dessas imagens, vemos que elas não são isoladas. Algumas se complementam, inter-relacionam. Outras se confrontam, opõem-se, contrapõem-

se e diferente não poderia ser. É a história que se constrói nesses contrapontos e complementações e que exige de nós, cada dia que se passa, posicionamentos mais claros e mais explícitos.

Encontra-se aí o desafio que se coloca para nós da sociedade civil organizada: qualificar e ampliar nossas ações e estratégias de convivência com o Semiárido; ampliar e aprofundar nossas ações de rede e articuladas, na perspectiva de ocupar mais espaços, sistematizar outras práticas, propor e executar políticas com a maestria e segurança que vimos fazendo na água de consumo humano e na água de produção; ocupar e segurar os espaços do PAA e do PNAE; espalhar bancos de sementes nativas; potencializar nossa capacidade de produzir alimentos adequados e saudáveis e descobrir outras estratégias de convivência que estão na vida, no dia a dia, dos agricultores e agricultoras e que são estratégicos e fundamentais para a vida deles e do Semiárido.

A política de convivência com o Semiárido, forte, significativa e que se espalhe por toda a região não virá por benevolência e bondade de ninguém. Somente virá da luta e da garra daqueles que nela acreditam, que já construíram o que hoje existe, a ferro e a fogo, e que podem caminhar muito mais. O caminho por nós percorrido – e quando dizemos nós quero me referir às organizações da sociedade civil, aos agricultores experimentadores, aos grupos organizados que atuam nessa perspectiva e às pessoas que, provisoriamente, mas com compromisso ocupam espaços importantes e estratégicos nos Governos Estaduais e Federal e aos que nos apoiam estando

em vários outros lugares e organizações – é enorme. Olhando a distância percorrida ficamos impressionados e alegres.

Contudo, a estrada a percorrer é ainda maior e desafia-nos a cada dia e cada hora a solicitar o melhor de nós mesmos.

Parabéns ao Centro Sabiá pela iniciativa de publicar este livro! Com certeza ele será alimento e nos fortalecerá no caminhar.

*Naidison Baptista, coordenador executivo da Articulação
Semiárido Brasileiro pelo estado da Bahia.*

A construção social do Nordeste

Antônio Barbosa

Centro Sabiá - Barbosa, combate à seca ou convivência com o Semiárido?

Antônio Barbosa - Convivência com o Semiárido com certeza. Primeiro porque seca não se combate, essa é uma discussão já antiga e conviver com a região é a grande saída. A seca é milenar, desde que existe a história do Nordeste, pelo menos quando vai mudando o planeta, você tem seca. E seca você não tem só no Brasil, você tem em vários outros lugares do mundo, inclusive nos Estados Unidos (que este ano vive uma das maiores secas dos últimos 40 anos), na Austrália, na Ásia, na África e também no Brasil. Seca é um fenômeno natural, então, se é da natureza é comum, é aceitável, convive-se com ela, previne-se. Seca deve ser associada, sobretudo, à ideia de convivência com o Semiárido, porque conviver é estocar. E estocar principalmente água e alimentos para os períodos de estiagem.

Centro Sabiá - A gente tem vivido um momento em que se é colocado que é a maior seca dos últimos 30 ou 40 anos e, por isso, temos visto um movimento dos governos federais e estaduais de ações emergentes para esse período. Essas

ações emergenciais e as ações que poderiam minimizar esse efeito não são ações que têm sido tardias? Porque se a seca é um fenômeno natural, temos que conviver com ela. O que você observa sobre isso?

Antônio Barbosa - Queria dividir essa discussão em duas partes. Primeiro, dizer que as grandes secas têm ciclos em torno de 30 anos. Existem outras, que vou chamar de médias secas, mas que não são tão comuns; e têm secas, mais frequentes. No geral, temos na média, secas que acontecem a cada seis anos. Estudos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) dão conta, a partir de monitoramentos e/ou de relatos de historiadores e pesquisadores que estudam o Nordeste, sobretudo às secas, de quando os portugueses chegaram ao Brasil, no ano de 1500, até os dias atuais, da existência de 72 secas, um número considerável. Dessas, 40 foram anuais, ou seja, aconteceram em um ano, e pelo menos 32 foram plurianuais, ou seja, aconteceram para além de um ano. Essa que nós estamos vivendo em 2012 é plurianual. Começou de forma mais forte no Ceará ainda no ano de 2010. Ela se expande agora para muitos estados, mas é uma seca que não começa em 2012 e tende ir até o final do próximo ano. Então essa é uma das maiores secas dos últimos 30, 40 ou 50 anos, ou em alguns casos, dos últimos 60 anos. Essa é uma situação preocupante. No caminho das secas, igual a essa, a gente teve uma em 1982; igualmente tivemos em 1932; outra grande seca em 1915. Vale destacar que esta seca está diretamente associada à criação do Nordeste enquanto espaço.

O Nordeste, tal como conhecemos hoje, é bem recente. O Imaginário de Nordeste, enquanto lugar seco, de péssimas e

frágeis condições, de terra rachada, de vaca morta, de criança doente; essa imagem é midiática, foi construída pela mídia e tem uma data para isso. No final do império, tivemos uma grande seca que aconteceu entre 1877 e 1878, e um jornal do Rio de Janeiro, chamado O Besouro, publicou imagens sobre a seca no Ceará. Essas imagens são, inclusive, um marco no fotorjornalismo brasileiro e nelas aparecem crianças distorcidas e pessoas totalmente sub-humanas. Então, a partir dessa seca do final do século XIX, construiu-se a ideia de Nordeste enquanto espaço administrativo e simbólico. Até então, nós ainda éramos Norte, não existia Nordeste, que passa a existir apenas no começo do século XX, para identificar uma região que é seca. Então, o que devemos observar é que a região Nordeste surgiu a partir da seca. Esse espaço (Nordeste) surgiu para determinar a área de atuação da Inspetoria (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS) que hoje é o DNOCS. Nós tivemos durante todo esse período, ou seja, da seca de 1877-1878 até os dias atuais, uma situação de criação do Nordeste em função das situações de seca.

Anterior a essa seca, em 1845, tivemos outra logo no início do governo de Dom Pedro II, consideramos que nesta seca se inaugurou a Indústria da Seca. As condições para a Indústria da Seca surgem no Brasil a partir da criação, pelo governo de Dom Pedro I, da ideia de uma ajuda para os períodos de calamidades, prevista na primeira Constituição. Porém, é o governo de Dom Pedro II que executa essa lógica de ajuda, de dinheiro pros fazendeiros. A ideia é construir açudes. A ação de Dom Pedro I foi em razão de outra grande seca que aconteceu logo após a chegada da família real ao Brasil. A família real chega em 1808,

e em 1816 nós tivemos uma grande seca, dessas que são em ciclo de 30 anos. Essa seca (de 1816) dialoga, inclusive, com a história de Pernambuco, porque se acredita que ela aconteceu nesse período, no Nordeste, e foi um dos elementos que contribuiu, inclusive, pra a Revolução Pernambucana. Ou seja, o povo passava tanta fome que aderiu às ideias da Revolução. Então os registros são os mais variáveis possíveis. A primeira seca que se tem registro é de 1559, então, se os portugueses chegaram aqui em 1500 e 59 anos depois, na região da Bahia, já existe registro de um padre sobre a seca, essa é uma questão que se repete.

Isso tudo é para dizer que a seca se repete, ela tem prazos, se a gente for levar em conta o registro que aconteceu em 1559 até o momento, são 72 secas. Então temos uma média de seis anos de duração de cada seca e o Brasil se preveniu pouco para lidar com essa realidade. Preveniu-se pouco porque tinha uma opção clara de beneficiar os fazendeiros, os políticos locais, os coronéis, beneficiar a lógica da Indústria da Seca; essa é uma situação. Dizer que essa seca, que estamos passando agora em 2012, é igual às secas passadas, é verdade. Dizer que o Estado brasileiro está nas mesmas condições do passado não é verdade, porque o próprio Estado brasileiro foi pressionado pela sociedade. Por isso a seca de 1982 foi um marco no sentido da participação da sociedade civil nessa caminhada e o início do diálogo da Convivência com o Semiárido, pois as ações partem dessa seca de 1982, que foi a última grande seca. Porque é a partir dela, inclusive, que os bancos de sementes que a gente conhece - então sementes da paixão, sementes da resistência, casas de sementes - são oriundos da sociedade civil, coordenados

pela CNBB, sobretudo no Nordeste, desenvolvendo atividades de estoque de semente, ou seja, a ideia do estoque surge de forma forte e permanece até hoje. A partir do período da seca de 1993, que é uma seca intermediária, uma seca média, mas com grandes efeitos, houve a ocupação da Sudene, quando o movimento sindical teve um peso e participação significativos. Durante essa ocupação, começaram a construir uma carta dizendo que não queriam mais isso, “nós queremos estocar água pras pessoas”, acho que, de lá pra cá, houve certa caminhada.

Se fosse pra dizer - por que às vezes é fácil - não à seca e sim à convivência com o Semiárido, porque a seca está associada à lógica da Indústria da Seca, de grandes dinheiros, que significa também dizer grandes obras, caras e distantes. Vale a pena frisar que a Convivência com o Semiárido está associada a pequenas obras, baratas e perto das pessoas. Porque as saídas são próximas, são locais. A sociedade civil ajudou o próprio Estado brasileiro a refletir sobre isso e hoje, obviamente, temos um conjunto de outras ações que são importantes. Está longe de resolver a situação; quando se tem uma grande seca você vê normalmente a perda de todos os animais, você olha para o estado de Pernambuco, por exemplo, e para as grandes feiras que a gente tem e que comercializavam cerca de 600 animais por semana, agora estão comercializando 6 mil animais. As lavouras são perdidas, os agricultores perdem suas sementes, você começa a ter problemas pra alimentar a sua própria família, daí você cria uma lógica, um imaginário do Nordeste que é a história do retirante, ou seja, há pessoas que migram de um lugar para outro; então quando você não tem o que comer, quando não tem o que beber, as pessoas começam a morrer, as pessoas começam a migrar.

Existe uma caminhada significativa e as organizações da ASA têm uma trajetória imprescindível sobre isso, pois pressionaram o Estado brasileiro a fazer algo diferente. Então, quando hoje você tem no governo da Presidenta Dilma um programa chamado Água Para Todos, que privilegia a construção de cisternas, embora com um conjunto de erros como as cisternas de plástico, é característico, e isso é algo importante. Mas em momentos como esse, de seca, há a volta de um discurso errado, para além das nossas ações que ajudam as famílias a construir alternativas, pois também voltam outros discursos muito forte como a Transposição do Rio São Francisco e as grandes açudagens.

A Convivência é uma ideia, um paradigma, mas não é hegemônico. A ideia do combate à seca ainda é hegemônico, mas eu acho que a gente já caminhou consideravelmente e o Estado brasileiro tem dado passos importantes, inclusive com algumas ações, como o Bolsa Família. Pode parecer estranho, mas essa ação ajuda as pessoas, nesse período, a se alimentarem, e possibilita um conjunto de outras iniciativas paliativas; elas poderiam ser melhoradas. Ou seja, o governo foi pego de surpresa, quando na verdade ele já sabia que essa seca também existiria.

Centro Sabiá - Que relações políticas são construídas nessa história do combate à seca ou dessa vivência que a gente tem feito parte agora?

Antônio Barbosa – Primeiro, dizer que é um retrocesso você ouvir de um ministro, ouvir da presidenta, de um

parlamentar, de um governador, de qualquer autoridade a ideia de Combate à Seca. É uma incoerência, porque seca não se combate. Mas essa fala não é desprovida de sentido. Quando se fala em combater a seca, sabe-se do que se está falando; quem está falando isso tem consciência do que diz. Está falando em carro pipa; está falando em grandes açudes; está falando em transferir recursos para um conjunto de políticos que eternamente se beneficiaram, que antigamente eram os coronéis, hoje é o agronegócio, o hidronegócio; está falando em perdoar créditos em relação a bancos para grandes e médios produtores, inclusive, para a área de irrigação; está falando em criar o que os municípios fazem, que são os estados de emergência, ou seja, com o decreto do estado de emergência não se precisa mais fazer licitação, não é preciso pedir nenhuma permissão ao legislativo, em outras palavras, entra-se numa situação que vale tudo, e em um ano eleitoral. Essa é uma situação complicada. Falar em Combate à Seca é complicado, mas é uma fala que - diferente de anos passados, das secas passadas - dói no ouvido.

Os agricultores também já estão cansados, porque sabem que seca não se combate, então tem alguma coisa errada aí, a gente precisa avançar num conjunto de outras ações que não são de combate à seca. A sociedade civil precisa fazer o debate político, o debate teórico, o debate de dizer que seca não se combate, seca se convive, que as alternativas que a gente quer são outras. Imagine que quem está nos ouvindo tem uma cisterna calçadão, uma barragem subterrânea, um tanque de pedra, que está dizendo “poxa, como a minha vida tá diferente ou como a vida do vizinho tá diferente”. Totalmente diferente de quem mora mesmo do lado do Rio São

Francisco e não tem água. Essas situações são de convivência com o Semiárido e nós precisamos cobrar do Estado brasileiro, precisamos usar a rede que construímos de controle social; então as comissões municipais, os sindicatos, as cooperativas, as Igrejas, todas essas instâncias precisam cobrar. Primeiro porque água é direito. Se o governo não se preveniu, ele precisa ter políticas emergenciais, então se você não teve políticas estruturantes, políticas emergenciais são necessárias.

Quem tem sede tem pressa, quem tem fome tem pressa, então você precisa garantir uma quantidade de carros pipas abastecendo as cisternas, abastecendo as famílias. É imperioso garantir, inclusive, distribuição de sementes, para as pessoas guardarem as suas sementes e poder usar outras para se alimentar. É necessário construir estratégias de manutenção dos animais ou, pelo menos, de garantir o reprodutor, de garantir suas matrizes. Que as famílias não se desfaçam dos seus rebanhos, mas, para isso elas vão precisar de alimentos para os seus animais. É importante também, ter uma lógica de controle da qualidade da água que vai ser distribuída. Então, tem um conjunto de ações emergenciais que são importantes, que a gente precisa cobrar e o governo precisa colocar e tem colocado de uma determinada forma. Existe muito dinheiro para isso, esse é que é o problema - como fazer para que esse dinheiro chegue às pessoas? Que esse orçamento vai sair do governo federal vai; se vai chegar às pessoas isso depende muito da nossa cobrança, de nossa capacidade de denunciar. A ASA, inclusive, vai apresentar uma proposta ao TSE e aos TREs do Nordeste, no sentido de construir uma campanha nesse período eleitoral, de dizer

que a água é um direito. Se alguém está lhe cobrando voto porque está lhe dando água, denuncie! Água é direito de todo mundo, garanta seu direito, garanta a convivência. Vender o voto está associado à Indústria da Seca e a Cidadania está associada à Convivência com o Semiárido.

Esse é um caminho que a gente precisa construir. Falta muita coisa e, infelizmente, muita gente está sofrendo, muita gente vai morrer; isso é uma realidade. Ou por falta de água ou por ingestão de água contaminada, por isso é necessário fazer um controle considerável em relação à distribuição de água. Precisamos cobrar para que nas próximas secas a gente não sofra como está sofrendo agora. Possivelmente, em torno de 2040, nós vamos ter outra grande seca como essa e a gente espera que as pessoas não tenham que viver mais como estão vivendo agora.

Centro Sabiá - Você citou que outras ações estão sendo construídas, em contraponto, às ações emergenciais, que não garantem uma convivência com o Semiárido. Que ações a sociedade civil tem construído no Semiárido junto com as famílias e por que elas são de fato estruturantes, ao contrário das ações emergenciais que estão sendo colocadas pelo governo nesse momento?

Antônio Barbosa - A saída para cada família precisa ser individualizada. Então, para cada família, para cada pessoa, é necessário se garantir água e alimento. Muitas vezes o que o governo brasileiro faz é trabalhar com estatística ou com média. Se há três crianças, então são três pães. A criança que tem mais

dinheiro come dois pães, a que tem mais ou menos como um pão e a que não tem dinheiro não come nenhum. Para a estatística, na média, cada criança comeu um pão, mas na verdade, só teremos duas crianças alimentadas, a terceira terá a morte como única saída. A solução precisa ser por família, tem que chegar a todas as pessoas. Eu falo isso porque essa é uma das questões que a ASA tem levantado; ou seja, cada família no Semiárido que não tem água pra beber, que não tem água pra produzir, que não tem sementes, que não tem terra para produzir, que não tem os meios, ela tem que ser atendida. A nossa ação é chegar a essas famílias. A ideia do Programa Um Milhão de Cisternas é para que todas as famílias tenham água. Quando se constrói o P1+2, que é o Programa Uma Terra e Duas Águas, é para que todas as famílias possam ter água para produzir, pra que todas as famílias possam estocar suas sementes, que tenham sua autonomia o que, obviamente, gera um conjunto de outras coisas. Ela lhe permite ficar livre do mercado, ela lhe permite plantar o que você quer, ela lhe permite construir o seu patrimônio, a identidade genética dos seus pais e passar isso para os seus filhos. A ideia da ASA é investir no sentido de se montar uma infraestrutura no meio rural do Semiárido. Nós não somos só o Semiárido Rural mais povoado do mundo, somos, no Brasil, a região mais povoada no meio rural. O Semiárido tem muito mais gente do que tem o Cerrado, do que tem a região Amazônica, do que tem a Mata Atlântica, do que tem a região dos Pampas. Nós somos a região rural mais habitada. Então, é preciso olhar pra esse povo com ações nessa perspectiva, ações que estão associadas a um benefício, mas estão principalmente associadas a um direito.

Nós temos problemas seríssimos com a questão da terra, a estrutura fundiária no Semiárido, sobretudo. Pautar essa

discussão, fazer isso, é resolver essa situação. O Brasil e o Semiárido serão felizes quando cada família tiver sua água para beber, sua água para produzir, tiver sua semente pra guardar, tiver seus animais para criar, tiver uma educação voltada para essa região, que leve em consideração as suas questões do dia a dia, tendo em vista o que é específico de cada região. São essas ações que a gente acredita que sejam estruturantes, podem parecer pequenas, mas são as pequenas coisas que juntas formam grandes coisas. Nós não somos contrários a outras ações, acho que é importante dizer isso. Somos a favor de ampliar a infraestrutura hídrica, precisamos ampliar a oferta hídrica no Semiárido e isso significa criar estruturas hídricas que levem em consideração a própria região. Se temos uma região com grande incidência de raios solares, com uma grande capacidade de evaporação, temos que guardar água em reservatório fechado, então as cisternas e barragens subterrâneas têm um peso considerável nisso, porque terão em conta as características da própria região. É preciso avançar nessa perspectiva. Garantir água, mas garantir um conjunto de outras coisas como estrada, fazer com que as pessoas guardem suas sementes e possam comercializar, mas hoje nós temos ações que são importantes. Acho que o PAA e o PNAE são ações substantivas e é preciso cobrar do governo brasileiro, sobretudo, que suspenda a lógica das cisternas de plástico, que construa cisternas de placas, porque elas empregam as pessoas. Elas fazem com que o dinheiro circule, e o dinheiro circulando significa dizer água, alimento, educação, enfim, um conjunto de outros fatores como cidadania, vida diferente e, sobretudo, convivência com o Semiárido. Por isso acho que são essas ações que a gente precisa caminhar, pra construir um Brasil e um Semiárido melhores e felizes.

Tecnologias de acesso à água e poder

João Suassuna

Centro Sabiá - Convivência com o Semiárido ou Combate à Seca?

João Suassuna - O Combate à seca é uma ação que não existe porque, enquanto fenômeno natural, as secas sempre vão ocorrer e não há sentido algum traçar estratégias para se combater um fenômeno que é natural e que sempre é recorrente. O que se propõe é montar estratégias para se conviver com o fenômeno. Aí sim, existem linhas interessantes de trabalho, inclusive por organizações não governamentais, como é o caso da ASA Brasil, como é o caso do Centro Sabiá, que já desenvolvem um trabalho sério voltado para a convivência do homem com o ambiente natural do Nordeste seco, em uma espécie de parceria. Isso é o que existe e que estamos em busca de aprimoramento.

Centro Sabiá - Existem políticas públicas que poderiam ter amenizado os efeitos desta seca que estamos passando?

João Suassuna - Claro. As secas são previsíveis. Existem estudos feitos pelo Centro Técnico Aeroespacial (CTA) que mostram que elas existem e são recorrentes. De 26 em 26 anos

existe uma grande seca, e, neste intervalo, secas menores. Isso é uma coisa já previsível. No entanto, o que não foi feito pelas autoridades - sabedoras da existência das secas - foram ações estruturadoras no sentido de fixar o homem no campo. E o grave é que essas ações existem; poderiam ter sido implementadas para o abastecimento e para o bem-estar do povo. As tecnologias hídricas estão aí, os açudes do Nordeste têm capacidade para acumular cerca de 37 bilhões de metros cúbicos de água. É o maior volume de água represado em regiões semiáridas do mundo. E essas águas têm que ser levadas às populações através de adução: com o uso de tubulação. E não através desses canais faraônicos que estão sendo construídos aqui - que é o caso da transposição do Rio São Francisco. Sabemos que num projeto como este - que tem um canal de 25 metros de largura, cinco metros de profundidade e cerca de 700 quilômetros de extensão - a água vai ser usada no agronegócio, principalmente na criação do camarão, na irrigação pesada e nos usos industriais. Para abastecer o povo, que vive de forma difusa no Semiárido, que reside nos grotões, nos pés de serra, nos sítios, nos pequenos lugarejos, esse povo não vai ver, sequer, uma gota d'água do Rio São Francisco. Isso, no meu modo de entender, é a verdadeira Indústria da Seca. Tecnologias existem: 98% da região semiárida nordestina não pode ser irrigada devido a uma geologia específica existente (escudo cristalino) e, também, a qualidade de suas águas que não se prestam para irrigação, as quais, na maioria das vezes, apresentam teores salinos elevados. Existem outras tecnologias, outras formas de convívio, a exemplo do manejo da Caatinga e da criação de uma pecuária adaptada às regiões secas. Porém,

os nossos dirigentes não estão nem aí, eles não querem resolver esses problemas porque se forem resolvidos, não terão o que dizer quando subirem nos palanques em época de campanhas eleitorais. Isso é uma realidade que devemos estar sempre atentos para evitá-la e para propor mudanças.

Centro Sabiá – João, a gente tem passado agora por essa seca, nesse ano de 2012, que é também um ano eleitoral, um ano de eleições municipais. Então os agricultores precisam ter muito cuidado com a prática de troca de voto por água.

João Suassuna - Exatamente. O que se sabe é da existência de ações de abastecimento, nas quais os governos dispõem de frotas de caminhões pipa, no meio rural, para a dessedentação do povo. Essas ações são soluções paliativas, inclusive com sequelas políticas enormes. Posso citar um exemplo que ocorre com muita frequência no Nordeste: vamos supor que eu sou prefeito de um município e você mora neste município; eu sei que você não votou em mim; eu tenho uma frota de carros-pipa; você acha que eu vou lhe abastecer? Lamentavelmente, isso ocorre no Nordeste de uma maneira geral. Temos que ter muita atenção porque a questão do abastecimento é muito complicada, ou você dá água ao cidadão ou ele morre de sede. As autoridades têm um poder muito grande nas mãos e que, por vezes, serve de moeda de troca para o voto. Temos que ficar atentos para evitar que casos lamentáveis como esses voltem a ocorrer na nossa região.

Centro Sabiá - Os agricultores precisam denunciar a troca de votos por água...

João Suassuna - Exatamente. No período eleitoral isso se torna uma prática bastante comum no Nordeste seco. O estabelecimento de uma estratégia política para a troca de água por voto. Se não houver denúncias a esse respeito, essa prática irá voltar a acontecer, com toda certeza!

Centro Sabiá - A ASA Brasil assinou, há pouco, um termo de parceria com o MDS para construção de mais de 40 tecnologias hídras de captação de água, tanto para beber quanto para produzir, você acha que essas são ações estruturantes que contribuem para a Convivência com o Semiárido?

João Suassuna - Sem dúvida alguma. Temos hoje no Nordeste um Programa de Um Milhão de Cisternas, coordenado pela ASA Brasil, em parceria com o MDS. Isso é uma ação maravilhosa. Para o abastecimento das populações, com o uso das cisternas rurais, é feito um cálculo do telhado da casa do cidadão. Em um metro quadrado de telhado, por exemplo, se chove um milímetro, temos um litro de água. No Semiárido chove até 800 milímetros. Portanto, temos água suficiente para o abastecimento das famílias, com toda certeza. Uma cisterna de 16 mil litros fornece água de boa qualidade para uma família de cinco pessoas durante os oito meses sem chuva na região. Água boa para beber e cozinhar. Não pode ser para outro uso. No entanto, o que tenho presenciado, na maioria das vezes, é a chegada de um vizinho do cidadão, com um boi sedento para ser saciado. Então, ele mete uma lata em sua cisterna e leva água para o

boi beber. Um bovino adulto bebe cerca de 50 litros de água por dia. Esse fato resulta na exaustão prematura da cisterna do cidadão. O cálculo da construção de uma cisterna é feito para o abastecimento de uma família de cinco pessoas, durante os oito meses sem chuva na região, com água de excelente qualidade para beber e cozinhar. As águas de uma cisterna não podem ser utilizadas para outros fins, sob pena de exaustão prematura do reservatório.

A ASA Brasil partiu agora para outra modalidade de cisterna, que é uma cisterna para fins produtivos. Uma cisterna bem maior, com capacidade para 52 mil litros, que possibilita ao cidadão o plantio de hortaliças ao redor de sua casa. Isso vem funcionando muito bem. A cisterna tem uma área de captação bem maior, do tipo calçadão. E o governo agora está acordando e se empenhando no sentido de apoiar esse tipo de iniciativa.

Mudanças climáticas no Semiárido: desafios da desertificação

Paulo Pedro de Carvalho

Centro Sabiá - Paulo Pedro, convivência com o Semiárido ou Combate à seca?

Paulo Pedro de Carvalho - Para a gente da sociedade civil, da ASA, das organizações que vêm trabalhando na perspectiva do desenvolvimento sustentável, não existe essa estória de combate à seca. Combate à seca é uma visão muito equivocada da necessidade que se tem de uma vida digna para as pessoas no mundo todo, mas, especialmente, quando se trata do Semiárido, da seca. E na nossa construção decidimos, e entendemos, que o termo correto, jeito correto, a forma correta de enfrentar essa situação é a convivência. A convivência digna e sustentada com a realidade do Semiárido, porque a seca é uma realidade nossa. É uma realidade que tem suas limitações, mas também tem suas vantagens e potencialidades. Então, a gente costuma até comparar seca com gelo. Aqui no nosso país tem gelo muito pouco, em algumas regiões, há mais lá pras bandas do sul, do sudeste. Mas tem países que têm gelo seis meses, por exemplo, de gelo em algumas regiões da Europa, que é pior do que pra nós que vivemos aqui numa região de Semiárido onde uma boa parte do ano é seco. Então, para nós, não existe essa

estória de combate à seca não; temos que superar isso de uma vez, porque a gente já avançou muito em relação a essa lógica da convivência com o Semiárido, que já é expressa no discurso de muita gente, de organizações, especialmente da sociedade civil, mas também por alguns representantes de governos, nacional, estaduais e municipais. Mas, na verdade, ainda a lógica da convivência, na prática, é muito mais expressada pela sociedade civil do que pelos órgãos governamentais. É claro que já começa a aparecer algumas parcerias, em nível estadual, nacional, a exemplo do que a ASA vem fazendo nos estados e com o governo federal.

Centro Sabiá - Como estão as ações e as articulações da Comissão Nacional de Combate à Desertificação?

Paulo Pedro - A gente tem discutido aqui no Brasil a história do combate à desertificação; às vezes, ela ainda é muito mal entendida pela população e por órgãos mesmo, até por várias organizações e movimentos da sociedade civil. Mas, desde 2004, que o Brasil tem um plano nacional de combate à desertificação, e desde 1997 que o Brasil assinou e ratificou a convenção da ONU de Combate à Desertificação. Por isso, a partir de 1997, o Brasil é membro da ONU junto com o grupo de países que fazem parte da implementação da Convenção de Combate à Desertificação. A ideia das convenções de meio ambiente (Convenção de Combate à Desertificação, a Convenção de Biodiversidade e a Convenção de Mudanças Climáticas) veio a partir de 1992, na Rio 92. É nesta conferência em que se avalia, estabelecem-se novos acordos e se planejam novas ações

quanto à promoção do desenvolvimento sustentável, tendo como referencial a implementação das três convenções da ONU. A luta permanente é de unir/integrar as ações dessas três convenções, em que sempre vimos atuando nos espaços, numa peleja permanente. É aqui, no Semiárido brasileiro, assim como noutras regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas, exatamente onde nós temos a maior possibilidade e a necessidade de unir as ações das três convenções, porque é a de Combate à Desertificação a única que contém as três dimensões, pois tem seu foco na superação da degradação nas terras, mas incorpora elementos ligados à biodiversidade e às mudanças no clima.

Centro Sabiá - Paulo, você falou sobre mudanças climáticas. Neste cenário, qual é a relação que podemos fazer da desertificação e da seca no Semiárido?

Paulo Pedro - É complicado. Nós vivemos numa região que já tem limitação de chuvas e também uma temperatura bastante elevada durante quase todos os meses do ano, então, nós já temos aí o fenômeno das secas que para nós aqui é normal - as estiagens de cada ano, de oito, dez meses de estiagens todo ano, com apenas, no máximo, quatro meses de chuva no Semiárido. E, pelo menos de oito em oito, ou de dez em dez anos, a gente passa por uma grande seca, que normalmente é um período assim de dois, três anos com, normalmente, um ano muito severo, como este que estamos vivendo agora em 2012. O ano de 2011 já foi um ano meio fraco de chuva e 2012 está tendo uma das piores secas dos últimos trinta anos; e a previsão pra 2013 é de que não seja também um ano muito

bom de chuvas. A gente vê assim, que a temperatura está mais elevada nesse período. Quando no mundo todo houve, no século passado, um aumento médio na temperatura do planeta próximo de um grau, aqui no Semiárido brasileiro, todos os órgãos de pesquisa apontam para um aumento já, atualmente, de algo em torno de 1,2 a 1,3 graus em média, na temperatura dessa região. Então, a previsão é de que haja mais ainda um processo de aridização no Semiárido. O que é aridização? É justamente o que eu acabei de falar: mais escassez de chuva e temperaturas mais elevadas. Então, a situação é complicada. Tudo isso influenciado pelas mudanças climáticas do planeta, mas muito em função do que a gente faz aqui, do que a sociedade. A grande maioria dos sistemas de produção ainda é desenvolvido na lógica de desmatar, ainda há muitas queimadas, substituindo toda a vegetação da Caatinga, muitas vezes, por capim ou por outras monoculturas que nada ou muito pouco devolvem para a fertilidade do solo.

Centro Sabiá - Uma das propostas do plano nacional de combate à desertificação é a elaboração de estratégias locais para o combate à desertificação, como está o andamento desta etapa do plano?

Paulo Pedro - Quase todos os onze estados, os nove do nordeste, mais Minas Gerais e Espírito Santo, já têm hoje seus planos de combate à desertificação. Acho que faltam uns dois ou três planos para serem concluídos, mas estão sendo feitos. No caso de Pernambuco, tem um plano desde 2009. Em 2010, foi aprovada a política estadual de combate

à desertificação. No Brasil, nós estamos agora lutando pela aprovação da Política Nacional de Combate à Desertificação, que já está num nível bem avançado no Congresso Nacional, depois de quase sete anos de peleja. Estamos na expectativa de que chegaremos, finalmente, no momento de apreciação da política nacional no Congresso. Como, também, está sendo aprovada no congresso nacional, a política de agroecologia e produção orgânica. Então, em termos de instrumentos, de documentos, de políticas e de programas a gente já tem alguns avanços. Em termos mais concretos de implementações, nós temos algumas ações, as principais, eu diria, são ações desenvolvidas pela sociedade civil. Especialmente as ações desenvolvidas pelas organizações que estão na ASA, mas têm outras organizações que também estão trabalhando na promoção da agroecologia, muitas delas em parceira com os governos - estaduais e federal.

Centro Sabiá - Como podemos pensar nas mudanças para evitar a desertificação e, conseqüentemente, oferecer melhores condições de convivência com o Semiárido em épocas de estiagem?

Paulo Pedro - Eu não tenho esperança de uma mudança em curto prazo. Mas uma mudança feita em médio e longo prazo passa pela educação, pela comunicação. Primeiramente a gente tem as escolas que precisam mudar sua forma de trabalhar os profissionais e cidadãos do futuro. Que os jovens, os adolescentes estejam envolvidos nessa lógica de formação sistêmica, uma formação ampla do compromisso, do entendimento da sociedade. Para nós, isso se chama educação contextualizada, que é uma educação que coloca o indivíduo

para pensar, que apresenta a realidade, que busca estudar, conhecer a realidade e trabalhar para modificar essa realidade por meio de suas potencialidades e suas limitações. A educação é de fundamental importância. Educação no sentido amplo da palavra, não só a educação formal, digamos assim, mas também a informal, que parte do trabalho, por exemplo, que a sociedade civil faz através das diversas organizações, como acontece com a assistência técnica de extensão rural que, para nós da sociedade civil, é nada mais e nada menos do que uma forma de fazer educação, que é trabalhar conhecimentos, que é trabalhar diversas formas de discutir conhecimentos, de criar novos conhecimentos, de gerar novas ideias, tecnologias e práticas. É preciso fazer um grande investimento nessa área, com campanhas de sensibilização, de comunicação com a sociedade, no qual se pode utilizar rádio, televisão, diversos materiais escritos para serem trabalhados em eventos de capacitação, intercâmbio, seminários, mas também pode ser utilizado nas escolas. Outro aspecto importante é que as políticas públicas garantam nos seus planos, e nos seus orçamentos, recursos para promover a ampliação desses conhecimentos, desse conjunto de experiências que vem dando certo, vem mudando a vida das pessoas. Então, eu não tenho dúvida de que é preciso que haja, nesse sentido, uma maior interlocução, uma maior participação da sociedade civil no diálogo com os governos. Essa relação dos governos com a sociedade civil organizada é imprescindível, tanto para planejar políticas, para garantir, inclusive, dentro do orçamento, recursos para efetivar essas ações junto a diversas comunidades espalhadas por todo esse Semiárido aí, mas também para que a sociedade civil amplie e continue incentivando políticas adequadas.

Ações de governo para convivência com o Semiárido

José Aldo dos Santos

Centro Sabiá - Combate à seca ou convivência com o Semiárido?

José Aldo dos Santos - É importante dizer que não combatemos a seca, a região do Semiárido. De fato, nós temos sempre a perspectiva de construção da convivência com o Semiárido. É uma dinâmica importante para que essa região seja desenvolvida, mas para ela ser desenvolvida precisa ter um conjunto de políticas de convivência com o Semiárido. A dinâmica do “velho combate à seca”, e das “grandes obras”, já está mais do que comprovado de que não se sustenta na dinâmica de desenvolvimento do Semiárido brasileiro e, especialmente, nosso Semiárido pernambucano. E, com certeza, no nosso Sertão do Pajeú.

Centro Sabiá - Essa é uma ideia que você, como secretário executivo de agricultura familiar, gerente do PRORURAL, defende e que o Governo de Pernambuco também defende? Porque até pouco tempo atrás era comum ver nas campanhas o nome ‘combate’. É algo que foi mudando com o tempo? Como é que está a posição em relação a essas políticas públicas?

Aldo Santos – É importante primeiro dizer que, aqui no estado de Pernambuco, assim que foi definida a criação de um comitê para a questão da seca, foi dada uma sugestão nossa ao governador Eduardo Campos, de que o comitê deixasse de ser um comitê integrado de enfrentamento aos efeitos da estiagem e assumisse uma dimensão de ações de convivência com o Semiárido. Percebemos que esse é um processo transitório. Temos ainda que reconhecer que na política - mais de que na política de governo-, na política de estado, ainda existem pensamentos e correntes que expressam o combate à seca. Mas aqui no estado de Pernambuco, em outros estados e correntes do Governo Federal, tem a defesa clara já da convivência com o Semiárido. Veja o Ministério de Desenvolvimento Social e de Desenvolvimento Agrário. É importante que isso vá se consolidando com ações práticas, com tecnologias inovadoras; a partir dos agricultores familiares, a partir da construção de ações dentro dos espaços de controle social, nos conselhos municipais, na articulação entre estado e sociedade, pois é dessa forma que a gente vai ampliando essa visão de convivência com o Semiárido, inclusive na própria sociedade, que ainda espera ações emergenciais para resolver o problema da estiagem prolongada.

Centro Sabiá – Aldo, em relação a iniciativas da secretaria referente a esse período de seca? O que é que tem previsto? Quais são as iniciativas nesse momento? O que é que está acontecendo?

Aldo Santos - É importante ressaltar que, assim que chegamos à secretaria, investimos em como estruturar uma Secretaria Executiva

da Agricultura Familiar aqui no estado de Pernambuco. Vimos que era fundamental trabalhar em algumas dimensões: o pensamento territorial, tanto para pensar o processo de organização da produção, da gestão da organização social e econômica; e também um elemento da assistência técnica complementar. A partir desses vários focos e viés, fomos estruturando alguns programas, como está ocorrendo desde o final de 2011. Inclusive, muito antes de ser anunciado que nós teríamos uma das maiores secas dos últimos trinta anos, a SEAF (Secretaria Executiva de Agricultura Familiar), junto com o PRORURAL, construiu o Pernambuco Mais Produtivo, que é um grande convênio com o Ministério de Desenvolvimento Social. A proposta é construir no estado de Pernambuco 15.500 mil cisternas calçadão, de segunda água para o processo produtivo das famílias e, com isso, garantir a inclusão da segurança alimentar, a inclusão produtiva e com certeza uma melhor participação das mulheres e jovens da agricultura familiar nos seus quintais, nas suas comunidades, o que favorece, exatamente, a melhoria da qualidade de vida na nossa região do Semiárido.

Centro Sabiá – Isso é um projeto para longo prazo, Aldo? Porque a gente sabe que a seca é um fenômeno previsível. Então essas estratégias são para longo prazo? Porque já se fala que em 2013 o fenômeno pode se repetir.

Aldo Santos – Vale a pena frisar que tem um conjunto de medidas, de ações estruturantes sendo desenvolvidas e articuladas pelos governos Estaduais e Federal e, conjuntamente, pela sociedade civil. Por exemplo, um conjunto de adutoras, para que as cidades possam ter água. Que seja desenvolvido, inclusive, toda a perspectiva de pensar projetos, também aqui, a partir da Secretaria, projetos produtivos no

campo agroecológico, no campo orgânico, no campo da segurança hídrica e alimentar, tendo como patamar o pensamento da estocagem de alimento para os animais e a questão da estocagem de água para o consumo humano e consumo dos animais, assim como para os diversos usos das famílias nas comunidades. Com certeza, aonde não puder chegar a água encanada, nem o sistema simplificado de água por meio de um poço, a partir de um grande reservatório, vamos chegar com a cisterna. Nós vamos construir agora, em Pernambuco, 21 mil cisternas de placas, que geram a participação da comunidade, dos pedreiros, da economia local e, com isso, mais postos de trabalho, mais renda no próprio município. Acreditamos que essas iniciativas são parte de um conjunto de medidas que virão articuladas à educação, saúde, melhoria das estradas e, também, à condição efetiva da agricultura familiar, especialmente dos jovens, que vão começar a participar de novas dinâmicas de redes produtivas, de produtos que favoreçam a inserção na economia, porque não acreditamos que a agricultura familiar vá sempre depender dos benefícios sociais. Nós estamos apostando, estamos investindo na construção, no estado de Pernambuco, de uma lei de ATER diferenciada, que discuta o conceito de desenvolvimento sustentável, com uma perspectiva de pensar esse envolvimento entre governo e sociedade de forma a desenvolver melhor a economia da agricultura familiar no estado.

Centro Sabiá – Para a gente finalizar, já que você citou bastante essa questão da agricultura familiar, então um recado para os agricultores que trabalham com a agricultura familiar, que trabalham com a agroecologia, qual a visão que o governo tem do trabalho deles, que difere tanto dessa questão dos grandes produtores?

Aldo Santos – O que temos percebido dentro do governo é a necessidade de uma política estadual da agricultura familiar baseada em elementos fortes do campo da sustentabilidade, de produção sustentável, de produção livre dos aditivos, livre dos agrotóxicos e dos venenos, e com respeito à participação de mulheres e jovens. Numa dinâmica que nos articule à construção da Política Nacional da Agroecologia que está sendo desenvolvida por várias entidades, para que façamos um grande desenvolvimento no território do Pajeú¹, tendo na base de sustentabilidade a agricultura limpa de veneno, limpa de aditivos químicos visando uma melhora na qualidade de vida das famílias dessa região.

¹ A referência à região do Pajeú deve-se ao fato de que a entrevista foi concedida ao programa de rádio Em Sintonia com a Natureza, do Centro Sabiá, e veiculado na Rádio Pajeú, na região. Não se configura como única experiência esperada para o estado de Pernambuco. [nota da organizadora]

Proteção da Caatinga e combate à desertificação

Sérgio Mendonça

Centro Sabiá - Sérgio, convivência com o Semiárido ou Combate à seca? Qual a sua opinião?

Sérgio Mendonça - Primeira opção. Acredito que o Semiárido tem as suas particularidades - como em relação ao solo e cobertura vegetal - e temos que aprender a ter esta relação com a questão do Semiárido. Isso aí é perfeitamente possível. É só questão de ter políticas públicas focadas para esta convivência.

Centro Sabiá - O fenômeno da seca é algo previsível e pode acontecer de forma muito violenta. Quais são as medidas que a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade tem para oferecer como prevenção?

Sérgio Mendonça - Elaboramos, e agora estamos na fase de implantação, do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAE – PE), coordenado pela SEMAS, desde o ano de 2009, com a participação efetiva dos movimentos sociais, da academia e de outras entidades, prefeituras e organismos de cooperação. Dentro das atividades do PAE–PE, temos a questão da

proteção à caatinga; já a Secretaria coordena um programa de implantação de unidades de conservação dentro do bioma Caatinga. É algo pioneiro porque não tínhamos unidades estaduais de conservação. Paralelamente a essa criação, enxergamos que na área dessas unidades de conservação, deveríamos trabalhar em parceria com as comunidades, vendo também a questão preventiva, porque sabemos que a seca sempre se repete. No final de 2011, apresentamos um projeto ao Fundo Nacional para Mudanças Climáticas e fomos contemplados. O projeto gira em torno de R\$ 2,5 milhões. A proposta é trabalhar, dentro das comunidades, a questão da segurança hídrica, energética, alimentar e nutricional, procurando qualificar o agricultor. A ideia é conseguir integrar a questão energética, a questão da água, a questão da armazenagem da oferta de água, a questão nutricional e também, de geração de renda, ou seja, integrar estas ações dentro desse módulo, que vai atender de 30 a 50 famílias. Acreditamos que dessa maneira conseguiremos ter medidas preventivas para a seca.

Centro Sabiá - Então são projetos para longo prazo? Porque já se fala que em 2013 teremos seca novamente.

Sérgio Mendonça - Primeiro desenhamos um programa com a participação efetiva de movimentos, com a sociedade civil organizada, com as universidades. Tivemos várias consultas para construí-lo de forma coletiva, para saber realmente a necessidade da população local. Fizemos uma lei de combate à desertificação - Lei nº 14.091, de 17 de junho de 2010: institui a Política Estadual de Combate à Desertificação e

Mitigação dos Efeitos da Seca e dá outras providências -. A partir disto, geramos o projeto, que se inicia agora em 2012, nós já recebemos o recurso, estamos trabalhando. Com certeza ele vai ser aplicado em 2013 e 2014, até porque vai perpassar este biênio. Estamos desenvolvendo a elaboração de um mapa da vulnerabilidade e da desertificação, o que nunca foi feito no Nordeste. Assim vamos identificar onde estão as áreas em processo de desertificação. Isto é importante para termos uma atuação mais focada no que se refere a medidas preventivas. Sabemos que a seca está acontecendo e temos que ter medidas que desenhem um bom cenário para o próximo ano e assim por diante.

Segurança alimentar e seca no Semiárido

Maria Emília Pacheco

Centro Sabiá - Maria Emília, convivência com o Semiárido ou Combate à seca?

Maria Emília Pacheco - Sem dúvida alguma convivência com o Semiárido. Essa é uma construção da sociedade, das organizações de camponeses e camponesas, e das entidades que os apoiam, que participam da articulação do Semiárido. E essa é uma inovação muito importante que precisamos valorizar porque representa o reconhecimento da Caatinga com sua biodiversidade, com os agricultores e agricultoras, povos indígenas, quilombolas que manejam as sementes, interagem com a natureza, cultivam. Essa diversidade ou, mais precisamente, essa sociobiodiversidade precisa ser valorizada. Além disso, as tecnologias sociais inovadoras, que vêm sendo desenvolvidas, explicam a importância e concretizam essa visão da convivência com o Semiárido.

Centro Sabiá - Maria Emília, como podemos relacionar os temas de seca, convivência com o Semiárido e segurança alimentar?

Maria Emília Pacheco - Não há soberania alimentar sem a garantia do acesso à água, à terra, à semente, ao alimento de qualidade, o alimento adequado e saudável. Temos uma definição de alimento adequado e saudável no Consea, que significa não só o direito ao acesso, mas que o alimento não seja contaminado por agrotóxicos nem transgênicos, que corresponda também à cultura alimentar nas várias regiões.

E, por isso, é que nós precisamos continuar insistindo para que as políticas estruturais tenham lugar. Nós sabemos que nesse momento o governo tomou iniciativa de outros programas de transferência de renda, como a Bolsa Estiagem, por exemplo. Entendemos que eles fazem parte desse contexto de emergência, mas estamos apostando, sobretudo, na implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Isso significa a reorientação de políticas e programas que ainda estão na contramão do que são os princípios agroecológicos, das exigências nas políticas para promoção da agroecologia, da transição agroecológica. Temos um grande desafio e eu digo que uma Política Nacional de Agroecologia no Brasil também será parte indissociável da conquista da soberania alimentar. Na situação do Semiárido, com tantas experiências positivas que já existem, precisamos de condições de ampliar, de capilarizar, condições para que elas se reproduzam. Sabemos também que nesse contexto agora da estiagem são as propriedades agroecológicas que melhor vêm resistindo.

Centro Sabiá - Na última quarta-feira, o Consea realizou plenária e fez discussões sobre as estratégias de convivência com o Semiárido. O que podemos falar sobre o diálogo do Consea com os nossos governantes?

Maria Emília Pacheco - Nós renovamos nossa convicção em relação às políticas estruturantes, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Alimentação Escolar. Quanto à reforma agrária, eu queria acrescentar que o direito à terra para os agricultores e agricultoras familiares, através de desapropriação de terras, deve-se somar ao reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

Mas também defendemos - junto com a Articulação Nacional de Agroecologia - que é preciso um programa amplo de agrobiodiversidade e propostas de fundos adequados, fundos rotativos para que essa dinâmica associativa das organizações que participam da Articulação do Semiárido possa se multiplicar, fazendo troca e estocando sementes crioulas. Também é fundamental o apoio às feiras populares, principalmente às feiras agroecológicas. Além disso, consideramos ser muito importante uma política de assistência técnica. A Política Nacional de Assistência Técnica tem princípios, diretrizes muito positivas, fruto da mobilização do movimento agroecológico, mas a sua aplicação tem desencontros com essas diretrizes uma vez que não há uma incorporação devida nas chamadas públicas da concepção que defendemos, como o diálogo de saberes, o reconhecimento das redes de multiplicadores, e o significado político pedagógico dos intercâmbios. Isso precisa ainda de um reconhecimento concreto pelo governo para mudar a orientação das chamadas públicas que não correspondem a essa visão de diálogos de saberes.

Centro Sabiá - Maria Emília, você faz críticas ao modelo da chamada pública de assistência técnica e extensão rural. Qual seria o modo correto da ATER?

Maria Emília Pacheco - Inicialmente, essas chamadas precisam reconhecer a existência de redes regionais. No Nordeste mesmo, há uma rede ATER que já vem aprimorando sua metodologia, e tem sido fundamental para consolidar os núcleos de agricultores multiplicadores. Essa percepção não está incorporada na definição concreta da implementação da política. Então, a questão central está, a meu ver, na distância que existe entre os objetivos gerais da política de ATER e a sua concretização pelas chamadas, porque ela não responde, ainda, de forma mais coerente, pois não reconhece a metodologia de trabalho que as redes vêm desenvolvendo. As chamadas, em geral, estabelecem um lote com um número e um tempo que devem ser atendidas as famílias e cria uma artificialidade. Não levam em conta que cada família tem uma lógica, tem o seu tempo. Essa visão, que às vezes busca massificar, acaba ignorando as especificidades e os saberes. Além disso, é essencial garantir processos coletivos de diagnósticos. Esse processo precisa de recursos para o funcionamento das redes com os intercâmbios, com as trocas. Eu considero o intercâmbio um recurso pedagógico dos mais importantes. É uma dinâmica político-metodológica bem diferente, que faz parte do saber e da prática das redes que já existem. E as chamadas deveriam ser um processo que impulsionasse essas experiências já tão exitosas que existem.

Também temos um problema complicado nesse momento. Há vários contratos que foram assinados e que não foram ainda concretizados porque os recursos não foram depositados. São cerca de trinta e cinco organizações de apoio aos agricultores e agricultoras familiares que assinaram o contrato. Seria para atender algumas dezenas de milhares de famílias e isso não se concretizou. Essas interrupções, descontinuidades são prejudiciais, pois acabam incidindo negativamente nas experiências. Então, tem essa contradição, existe uma política nacional, mas a implementação tem lacunas e problemas.

Centro Sabiá - Maria Emília, no início da nossa conversa, abordamos a questão das sementes. E nesse momento de seca a preocupação é a possibilidade de perda de algumas espécies de sementes. Como o Consea avalia esta situação?

Maria Emília Pacheco - Estamos entendendo que essa é uma urgência, deveria ser uma prioridade máxima, porque sabemos que há famílias em algumas regiões que têm ainda um estoque com sementes, mas em razão dessa estiagem as sementes podem se transformar no próprio alimento. O governo precisaria apoiar nesse momento, as estruturas familiares e comunitárias de sementes para dinamizar as trocas.

Mas, também, listamos outras medidas que consideramos essenciais porque no Consea, o que temos insistido, é que precisamos avançar no desenvolvimento de ações estruturantes. Mas não vamos confundir com as obras dos grandes projetos que, às vezes, são chamadas de

estruturantes, mas que impactam negativamente essas populações. Ações estruturantes a que eu me refiro são esses programas que vínhamos exemplificando.

Entendemos, ainda, que nesse contexto de estiagem prolongada são necessárias medidas emergenciais. Estamos sugerindo, por exemplo, que haja do ponto de vista do acesso à água, a limpeza das aguadas, um programa de escavação de barreiras. São várias propostas que são trabalhadas pela própria Articulação do Semiárido e pelas organizações do campo agroecológico e que aí se articulam.

Em relação às sementes, nós estamos realmente muito preocupados porque nos perguntamos: será que o estoque de sementes, o estoque das famílias, dos bancos comunitários, nesse momento, pode responder às necessidades de muitas famílias, em muitos lugares? Mas não tínhamos e não temos esse levantamento em mãos, sobre o que há de estoque nesse momento. E, ao mesmo tempo, estamos muito preocupados com a distribuição de sementes pelo governo porque não são sementes adaptadas às condições do Semiárido. Nesse momento pode, inclusive, trazer o risco de disseminação de sementes transgênicas. Então é devastador.

Estamos aí no limite de um problema profundo e precisamos que vocês, das organizações agroecológicas, do movimento de agricultores e agricultoras familiares, de agricultoras, deem-nos mais informações e propostas concretas porque o debate que tivemos foi bastante amplo e importante, uma vez que reafirmou a importância de ter uma visão estratégica sobre o bioma Caatinga.

Falamos da água, da terra, das sementes e como eu disse foi uma discussão que articulou as várias dimensões da convivência com o Semiárido. Mas não tivemos condições de detalhar melhor. É por isso que faço essa sugestão, que vocês quando já tiverem esse levantamento um pouco mais preciso sobre qual é o tipo de semente que vem sendo distribuída nos estados, qual é a capacidade de estocagem das famílias nos vários estados, informem-nos para nos ajudar a negociar com o governo.

Contribuições da sociedade civil às ações governamentais

Doriel Barros

Centro Sabiá - Doriel, a pauta de reivindicações apresentada pela FETAPE, para o período de estiagem, está sendo cumprida pelo estado?

Doriel Barros - O governo tem sinalizado que está fazendo um levantamento das propostas que nós apresentamos. Como por exemplo, a contrapartida do Estado no valor de R\$ 280,00, pois entendemos que o governo deve e pode apoiar as famílias do campo.

Nas ações estruturantes, solicitamos do governo cisternas, poços artesianos; o governo anunciou uma quantidade bem menor do que estamos solicitando, bem como outras ações. Também pedimos o empenho do governo estadual na articulação junto ao governo federal para antecipação do Garantia Safra, as famílias perderam toda sua produção e até agora não há sinais de antecipação por parte do governo Federal. As ações do estado ainda não estão na velocidade e nem atendendo no todo da pauta que entregamos.

Centro Sabiá - Por outro lado, como avaliar a atuação dos governantes diante da seca?

Doriel Barros - As ações ainda são muito tímidas; não têm acompanhado as demandas das pessoas e dos animais. Não tem chegado às comunidades rurais a presença do estado, sobretudo, nesse momento de dificuldade e desespero pelo qual passam os agricultores. A cada momento, a situação fica mais crítica e o estado não chega com as ações que deveria chegar. Você tem o anúncio, mas as ações não chegam. Então isso começa a levar os trabalhadores a um processo de desespero. Existe um conjunto de ações estruturantes anunciado pelo governo, que consideramos importante, porém muitas já deveriam ter sido concluídas, pois vivemos, nesse momento, as consequências da ausência do Estado nessas regiões. Há muito tempo, nunca houve um compromisso com essa parcela da população que vive no Semiárido; se os diversos governos que passaram tivessem investido em recursos hídricos não estávamos vivenciando essa situação grave que passa Pernambuco. Então as ações precisam acontecer de forma mais intensa e muito mais ampla do que tem sido feito até agora. Os anúncios que o governo vem fazendo ajudam, mas ele não consegue atender, pelo menos a grande maioria dos agricultores que hoje estão numa situação difícil. Porque onde nós ainda temos, os reservatórios já estão chegando numa situação crítica, e temos outros que já praticamente secaram, pois as famílias dependem exclusivamente do estado para manter seu rebanho, água para o consumo humano, água para consumo animal, ração para os animais. Por exemplo, nós temos aí da

parte do estado o anúncio da ampliação do carro-pipa, mas essas coisas ainda não aconteceram na prática. Em relação ao crédito, nós ainda estamos em diálogo com o banco para ver se destravamos uma série de burocracias que ainda existem para que esse crédito emergencial chegue aos trabalhadores rurais. Então é um conjunto de ações que foram anunciadas, mas infelizmente não chegam, nossos sindicatos têm nos informando diariamente essa situação.

Centro Sabiá - Doriel, um dos pontos da Pauta de Reivindicações, apresentada pela Fetape, é a importância da sociedade civil participar do Comitê Integrado de Combate à Estiagem na Região do Semiárido Brasileiro, no Estado Pernambuco, situação que não foi atendida. Como você analisa esta postura do estado?

Doriel Barros - Uma atitude que não condiz com a história desse governo. A sociedade civil é fundamental para o fortalecimento de qualquer nação democrática, por isso, nesse momento difícil que passa nosso estado, a participação da sociedade civil é de extrema importância neste Comitê; ela representa o sentimento dos milhões de trabalhadores desse estado; sem ela, torna-se um governo concentrado e autoritário. Por tudo isso é que esperamos que sejamos convidados a participar desse espaço. É importante destacar que, atualmente, a sociedade civil tem contribuído durante anos com a consciência crítica do cidadão, que resultou na mudança política do nosso país e estado, como também com diversas propostas que se tornaram políticas públicas. A voz da sociedade civil nada mais é do que a voz do trabalhador porque é a sociedade civil

que está lá nas comunidades rurais, representada tanto pelos sindicatos de trabalhadores rurais, como pelas organizações que trabalham no local. Então, a sociedade civil, ao ocupar esse Comitê, estaria trazendo a demanda de forma organizada a partir do olhar das comunidades rurais. Isso ajudaria o estado a pensar melhor como enfrentar essa situação de forma mais organizada, de forma mais articulada. Quando o estado deixa de escutar a sociedade civil, e não a considera para esse espaço, há um risco das ações encaminhadas pelo estado serem ações a partir de um olhar de quem está distante; e já pagamos um preço muito alto por muitos governos terem escolhido esse caminho. Um exemplo do quanto a sociedade civil exerce um papel importante como agenda, fiscalizadora e parceira é o controle das rotas dos carros-pipas. Sabemos o quanto nossa gente fica refém de políticos nesse momento e, portanto, essa ação dos conselhos é muito importante, por isso, defendemos e queremos acreditar que o governo convide a FETAPE para compor o conselho.

Centro Sabiá - O estado tem argumentado sobre a falta de abertura para a sociedade civil participar do Comitê Integrado de Combate à Estiagem, na Região do Semiárido Brasileiro, no Estado Pernambuco?

Doriel Barros - O ministro Fernando Bezerra da Coelho, da Integração Nacional, quando esteve aqui, dia 30 de abril de 2012, na sede da Fetape, no Recife, foi muito simpático à proposta que tínhamos feito da sociedade civil contribuir. O próprio governo tem colocado que nesse momento todos nós, tanto governo como sociedade civil, precisamos estar voltados

para este enfrentamento. O ministro faz essa referência, assim como o próprio secretário de Agricultura de Pernambuco, Ranilson Ramos, ambos reconhecem a importância da sociedade civil compor esses espaços. O senador Humberto Costa também reconhece a legitimidade da sociedade civil nesses espaços de deliberação, encaminhamento e enfrentamento, bem como o governador Eduardo Campos que até falou para a imprensa que achava muito pertinente a solicitação do movimento sindical da inserção no Comitê estadual, porém alegava que era um formato de Brasília que previa apenas a composição com órgãos de governo. Eu já tive a oportunidade de dizer ao governador que este formato pode ser alterado em nível de estado, dependendo da compreensão que o estado possa ter. Temos o exemplo, aqui na região Nordeste, da Paraíba e do Ceará, onde foram constituídos comitês estaduais de enfrentamento à seca com a presença da sociedade civil e das federações de trabalhadores rurais. Gostaria também de lamentar essa postura do governo federal em orientar a constituição dos comitês, sem a presença da sociedade civil, isso vai à contramão da nova sociedade que está nascendo. Esperamos que aqui o governo, assim como outros da região nordeste, tenha essa abertura para que a sociedade civil possa contribuir, porque o que está se apresentando aí é uma seca muito feroz. Estimava-se que essa seja uma das piores secas dos últimos trinta, ou quarenta anos.

Centro Sabiá - Doriel, você fala sobre a importância do estado estar dialogando com a sociedade civil nesse momento de emergência. O que podemos falar sobre a importância do governo dialogar com o Semiárido de forma permanente?

Doriel Barros - O nordeste passou os últimos quinhentos anos sendo ignorado pelos governos em relação às políticas públicas. O Semiárido brasileiro passou muitos anos sendo visto como um espaço sem potencial, uma região de pobres. Uma gente ingnorada e usada por políticos corruptos que alimentava a Indústria da Seca, geradora de riquezas para uma minoria em detrimento de um povo trabalhador. É verdade que a partir do governo Lula houve um olhar diferenciado para o Nordeste. Projetos como a integração de bacias, bastante polêmico, porém, pautou o debate do desenvolvimento do Semiárido; o programa 1 milhão de cisternas, entre outras ações. As cisternas são uma realidade, se não houvesse teríamos uma situação muito mais difícil. Esta, e outras, foram ações estruturantes propostas pela sociedade civil e que o governo ajudou a implementar. Mas as ações do estado ainda são muito tímidas. O país tem muito mais condições de investir no Nordeste. O estado de Pernambuco, hoje, tem condições de investir em ações emergenciais, e também em ações estruturantes, como nenhum outro estado do nordeste, por isso um plano estruturado de convivência com o Semiárido precisa ser implementado.

Agroecologia como estratégia para convivência com o Semiárido

Paulo Petersen

Centro Sabiá - Sempre começamos com a pergunta “Combate à seca ou convivência com o Semiárido”?

Paulo Petersen - A noção de combate à seca é um poderoso artifício ideológico que tem servido para legitimar a chamada Indústria da Seca, um mecanismo de poder perverso, que se reproduz no Semiárido brasileiro, desde o século XVIII, em benefício de elites agrárias, em detrimento da imensa maioria da população da região. Entre seus traços característicos, essa ideia alimenta a falácia de que é necessária a construção de imensas infraestruturas para armazenar e transportar grandes volumes de água. Nesse sentido, combater a seca é uma ilusão por muito tempo disseminada que foi, e que permanece sendo, extremamente funcional aos interesses de uma minoria elitista e predatória. Não é possível ir contra um processo natural dessa magnitude. É exatamente essa a perspectiva que a agroecologia assume quando afirma que o desenvolvimento rural no

Semiárido se fará a partir da noção de convivência com as secas e não a partir do combate às secas. Segundo a abordagem agroecológica, é essencial que se entenda a dinâmica de funcionamento da natureza para que as atividades econômicas sejam harmonizadas aos ciclos naturais. Entre outras coisas, conviver significa tirar partido dos potenciais naturais que, no Semiárido, são imensos e ainda pouco conhecidos e valorizados. O bioma Caatinga é extremamente rico e portador de enormes potencialidades para o desenvolvimento rural. A cultura popular foi se moldando na região exatamente por meio da valorização dessas potencialidades. Um dos grandes desafios colocados para o futuro da região é o da superação da noção de Combate à seca para que essa cultura da convivência com o Semiárido seja desenvolvida e disseminada. Isso implica em colocar a ciência em diálogo com as sabedorias populares. Como enfoque científico, a agroecologia se propõe exatamente a criar ambientes sociais fecundos para que esse diálogo de saberes se desenvolva.

Centro Sabiá - Paulo, que respostas a agroecologia tem durante os longos períodos de secas como o que atravessamos neste ano de 2012?

Paulo Petersen - Há uma palavrinha que vimos incorporando cada vez mais aos nossos debates que é “resiliência”. Trata-se de um conceito originado na física, mas que vem sendo aplicado à análise dos sistemas agrícolas de uns tempos para cá, sobretudo com a emergência do contexto das mudanças climáticas globais. Em termos simplificados, a resiliência significa a capacidade de um

sistema de resistir e de se recuperar frente a perturbações geradas por fenômenos naturais, e/ou socioeconômicos, que colocam em risco o funcionamento do próprio sistema. As secas são fenômenos recorrentes no Semiárido e os sistemas agrícolas precisam estar permanentemente preparados para resistir aos seus efeitos. Um dos grandes desafios colocados para a agricultura no Semiárido é promoção da resiliência, ou seja, uma agricultura com maior capacidade de se adaptar à característica típica da região que é a imprevisibilidade climática.

Agroecologia é portadora de princípios para o desenvolvimento de agriculturas resilientes. Essa capacidade tem sido demonstrada no Semiárido por organizações vinculadas à ASA. Um primeiro mecanismo importante para a convivência com o Semiárido é a constituição de estoques de recursos. Essa lógica de armazenagem vem do aprendizado de agricultores, e agricultoras, desenvolvido a partir da observação das estratégias das espécies nativas da Caatinga em suas variadas formas biológico-evolutivas de convivência com o caráter errático do clima. Nos momentos de chuva, são acumulados recursos para atravessar os períodos de seca subsequentes. Acumula-se água, forragens para os animais, alimentação para família, sementes, animais que podem se transformar em recursos monetários em momentos de crise, etc. Essa estratégia de armazenar recursos faz parte da tradição camponesa de acumular em momentos favoráveis para se preparar para eventuais momentos de dificuldade. É exatamente esse princípio que fundamenta os programas implementados pela ASA - o P1MC e o P1+2. Acumular água de boa qualidade, porque

já se sabe que ela vai faltar mais a frente, mesmo que o ano climático seja normal. Um segundo princípio da agroecologia é o da valorização dos serviços ambientais proporcionados pela manutenção de sistemas de produção biodiversificados. No Semiárido, um dos maiores benefícios de uma propriedade diversificada, sobretudo as que mantêm espécies nativas, é o desenvolvimento de mecanismos antirrisco: diante de uma seca aguda, algumas atividades econômicas podem se tornar inviáveis. Mas não todas. Ou seja, diante de uma perturbação ecológica como uma seca, a diversidade proporciona maior segurança para o conjunto do sistema. A diversidade produtiva permite que a economia das famílias agricultoras não vá à bancarrota porque sempre há atividades que poderão ser continuadas apesar das restrições na pluviometria. Um terceiro princípio, muito enfatizado pelas organizações que trabalham a partir da perspectiva agroecológica no Semiárido, liga-se à necessidade de fortalecer as organizações sociais em nível local. O manejo estratégico da biodiversidade e dos estoques de recursos requer o desenvolvimento de estratégias comunitárias. Essa é a razão pela qual assistimos à disseminação dos bancos de sementes comunitários, dos Fundos Rotativos Solidários, dos mutirões de trabalho, do intercâmbio de saberes entre agricultores. É muito difícil promover a cultura da convivência sem organizações da agricultura familiar dinâmicas.

Centro Sabiá - Existem estudos acadêmicos sobre isso? Como está a visão da academia sobre esse tema?

Paulo Petersen - Existe uma crescente compreensão sobre esse conjunto de questões. Mas, infelizmente, o que ainda

prevalece na academia é uma visão limitada da agroecologia, enquanto novo arsenal tecnológico de produção que prescinde do uso de agrotóxicos e outros insumos químicos. Sem dúvida, a dimensão tecnológica é uma parte essencial da abordagem agroecológica. Mas é insuficiente diante dos maiúsculos desafios colocados para a gestão dos recursos naturais na agricultura. Essa visão limitada da agroecologia é a que inspira a ideia das monoculturas orgânicas baseada na substituição de agroquímicos por produtos naturais e que são voltadas para o atendimento de mercados elitizados. Mas já podemos identificar também na academia avanços significativos que colocam em xeque essa perspectiva convencional baseada na lógica de substituição de insumos. Temos, no Brasil, a Associação Brasileira de Agroecologia, que é uma instituição que assume para si o objetivo de articular pesquisadores, extensionistas e acadêmicos afinados com o enfoque agroecológico. A ABA já realizou sete congressos brasileiros, eventos que vêm conseguindo colocar em debate a necessidade de avançar nas formas de entender e de fazer ciência. Entre outras razões, porque compreende a necessidade de valorizar as sabedorias populares nas práticas de construção de conhecimento.

Centro Sabiá - Você concorda com a afirmação de que proteger a agricultura familiar é fundamental para a promoção da segurança e soberania alimentar e nutricional no país?

Paulo Petersen - Sem a menor dúvida. E vou adiante. O enfoque agroecológico para o manejo dos recursos naturais depende de uma base social que é a agricultura familiar

camponesa. O modo de produção camponês é diferente dos estilos de produção empresariais porque adota estratégias econômicas que levam em conta a necessidade de reprodução em longo prazo. Seu objetivo não é o de maximizar as rendas no curto prazo, sujeitando-se às regras dos mercados de insumos e de produtos agrícolas. É exatamente essa lógica inteiramente mercantilizada, regida à distância por grandes grupos econômicos, que induz os agricultores a produzirem em monoculturas, até mesmo as orgânicas, para se viabilizar pela economia de escala. A agricultura familiar camponesa adota uma racionalidade econômica distinta e, por isso, ela é tão mal compreendida pelos economistas e agrônomos convencionais. Sua essência fundamenta-se na produção diversificada para atender tanto às necessidades de consumo da família quanto para as vendas nos mercados. É essa combinação complexa entre a produção de valores de uso e de valores de troca que permite que a economia camponesa não viole a ecologia dos ecossistemas. Por isso defendemos a agricultura familiar camponesa como a força social necessária para a promoção da agroecologia. É por meio da produção diversificada que o enfoque agroecológico proporciona maior eficiência produtiva no uso do solo agrícola. Uma área agrícola ocupada com policulturas, e com a integração entre produção animal e vegetal, produz muito mais alimentos do que se fosse ocupada com uma monocultura. Além de produzir maior volume e diversidade de alimentos por área, a agricultura camponesa produz em maior qualidade. São nas regiões dominadas por monoculturas e grandes propriedades rurais onde, em geral, assistimos aos maiores problemas relacionados à insegurança alimentar e nutricional. Essas são as regiões que produzem commodities agrícolas para

exportação, mas que, simultaneamente, dependem de importar a maior parte da alimentação para abastecer a sua população. O acesso aos alimentos por parte dessa população se dá, em geral, por meio de grandes corporações do varejo que impõem seus preços e a massificação do padrão alimentar em detrimento das ricas culturas gastronômicas responsáveis pela valorização das espécies da agrobiodiversidade. Menores problemas relacionados à segurança alimentar e nutricional ocorrem nas regiões nas quais existe alta densidade da agricultura familiar que se vale dos circuitos locais de comercialização para fazer sua produção chegar à mesa dos consumidores. Fortalecer a agricultura familiar camponesa é uma condição central para enfrentar o dilema alimentar no planeta.

Estratégia agroecológica para o Semiárido

Marcos Figueiredo

Centro Sabiá - Desde o Fórum Seca, no início de 1990, que os movimentos sociais já trabalhavam na perspectiva da convivência com o Semiárido e não no combate à seca. De lá para cá, que avanço é possível enxergar?

Marcos Figueiredo - Houve avanços bastante significativos, sobretudo, na compreensão que as organizações da sociedade civil passaram a ter em relação ao contexto do Semiárido. É importante destacar o papel histórico dos sindicatos, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, da CUT e da Igreja na mobilização social. Essas organizações tiveram um papel na construção de uma forma diferente de se relacionar com a região semiárida e com a seca propriamente dita. No início do Fórum Seca, em 1990, a gente tinha um grande desafio que era enfrentar um discurso governamental que estava voltado para soluções hidráulicas e para o Semiárido, era a política hegemônica da Sudene, do DNOCS; como também enfrentar um discurso místico e ideológico que residia entre as comunidades rurais de que a seca era um castigo de Deus. Então o Fórum Seca empenhou-se muito na perspectiva da organização e da formação, de querer aprofundar a produção de conhecimento e mobilização social. Isso, de certa forma, contribuiu para que fosse construída uma visão

diferenciada da problemática da seca entre os movimentos sociais de Pernambuco. Tanto que, a partir do Fórum Seca, desdobrou-se um conjunto de iniciativas de organização social em outros estados do Nordeste com objetivos muito semelhantes aos do Fórum Seca.

No Rio Grande do Norte surgiu o Forcampo e na Paraíba surgiu a Articulação do Semiárido Paraibano e, posteriormente, a própria ASA (Articulação no Semiárido). Por isso entendo que houve avanço no sentido da articulação. Hoje consigo ver que nessas experiências do Fórum Seca, há duas questões essenciais: a primeira diz respeito à própria compreensão da seca e da estiagem. Atualmente está claro, para uma parte da sociedade, que a seca expõe da forma mais óbvia possível uma realidade histórica do Semiárido, que foi construída em cima de uma desigualdade, de contradições entre aqueles que detêm a terra, que detêm os recursos naturais, como a água, assim como o poder político; e aquela maioria que não detêm as condições necessárias para enfrentar esse momento de crise. Então, essa crise, com a estiagem prolongada, provoca a quebra da produção e expõe a fragilidade e as contradições da economia capitalista no Semiárido, que se expressa em relação à concentração de terra, de água e de poder. Isso está claro para um conjunto de instituições e é a partir disso que partem para um segundo ponto importante, que é compreensão da resistência do campesinato que se dá, em minha opinião, de duas formas distintas e complementares. Uma resistência forjada através da participação política em organizações sociais, que na época formaram o Fórum Seca, como os sindicatos e polos sindicais ligados a FETAPE,

a CUT e as Ongs (CENTRU, CAATINGA e o PTA/Centro Josué de Castro) que se comprometeram com a luta de enfrentamento à problemática da seca em Pernambuco. Juntas, estas esferas organizaram um conjunto de atividades de mobilização política para denunciar a gravidade da situação das famílias camponesas e denunciar o descaso do governo estadual e federal. O ato político de lançamento do Fórum Seca, em Serra Talhada, em 1991, com participação de 10 mil pessoas, e a ocupação da Sudene, em 1993, surgem nesse processo. Essa foi uma resistência aberta, marcada pelo confronto, pela tensão e pela luta. Então, a discussão da seca não avança sem essa primeira forma de resistência, que é uma resistência de luta social e de conflito porque a seca tem raízes estruturais que não se resolvem com políticas emergenciais. O segundo tipo de resistência ocorre a partir da perspectiva da luta do campesinato dentro das suas unidades de produção, ou seja, quando as comunidades começam a praticar um estilo de agricultura sustentável para convivência com o Semiárido, fundamentada na estocagem de recursos naturais. Com esta racionalidade, elas começam a construir uma autonomia e uma independência do mercado capitalista controlado por poucas indústrias, que outros estilos de agricultura mais mercantil, e dependentes das indústrias, não têm. Isso também é uma forma de resistência. Ela ocorre dentro da unidade de produção. As comunidades passam a dizer não ao modelo de agricultura dominante, que é controlado pelo mercado e visa o lucro. Então são dois tipos de resistência que estão na base do Fórum Seca e que, em minha opinião, continuam na base da ASA.

A primeira resistência ocorre em função da luta aberta dos camponeses, como essas ocupações, atos públicos. E a

segunda resistência ocorre dentro da unidade de produção através do manejo ecológico dos recursos naturais, seja água, sementes ou grãos, que é uma forma concreta de negar as indústrias que querem controlar a agricultura em escala mundial.

Centro Sabiá - Você diz que a própria sociedade já absolveu a história da convivência com o Semiárido. Mas o governo lança um comitê que se chama de Combate à seca, como você analisa isso?

Marcos Figueiredo - São as contradições, que também estão presentes dentro do governo, dentro da sociedade. Uma parte do governo, minoritária, pensa em política de convivência, mas a parte hegemônica do governo está vinculada à oligarquia pernambucana, aos interesses do grande capital no campo. Então é natural que nesse momento agora de crise, até para dar visibilidade às ações governamentais, ressuscitem propostas antigas, que não se usam mais nos movimentos sociais, que já foram superadas. Então o governo ressuscitou esses mecanismos, que são uma lógica infundada, inclusive, do ponto de vista semântico. Você não pode compreender do ponto de vista semântico essa construção: Combate à seca. É um equívoco você combater à seca, porque você não pode combater um fenômeno natural. A seca existe e você tem que conviver com ela. Isso aí é uma grande falha do governo estadual atual. E as políticas emergenciais que ele está apresentando têm alguns avanços, temos que reconhecer isso, mas existe uma morosidade muito grande na ação do governo. É uma catástrofe o que está

acontecendo, uma situação emergencial, é necessário que seja muito mais ágil para salvar vidas de pessoas e de outros seres. O milho para alimentar os animais das famílias camponesas não está chegando, conforme foi anunciado, e muitos rebanhos de pequenos criadores estão sendo dizimados.

Centro Sabiá - Em relação à Academia, que avanços se observam no tocante a essa questão da convivência com o Semiárido e da agricultura sustentável, de observar essas questões dentro de um novo olhar para a forma de tratar o mundo, a natureza?

Marcos Figueiredo - A primeira coisa é dizer que dentro da Academia, especificamente na UFRPE, existe um movimento que cresce aos poucos em torno da Agroecologia. Isso se deve, do meu ponto de vista, à luta de muitos estudantes dentro da universidade, as parcerias que a universidade desenvolve com instituições não governamentais e se deve muito ao engajamento de alguns professores que têm uma sintonia com os movimentos sociais. Então, em minha opinião, dentro da UFRPE, existe um grupo de pessoas mais sensível e comprometido com a agroecologia. Então, a partir da perspectiva agroecológica, a leitura que se faz é no sentido de trabalhar com os fatores naturais de cada ecossistema e não de negá-los. Trabalhar e potencializar aquilo que esses agroecossistemas possuem e oferecem. Por isso que a estratégia de Combate à seca é um equivoco do ponto de vista agroecológico. Então, no Semiárido as estratégias agroecológicas devem ser no sentido de potencializar aquilo que o bioma tem. Por exemplo, se chove no

Semiárido, as estratégias agroecológicas dizem que devemos potencializar a estocagem da água nesse período. Essa deveria ser a principal estratégia do governo, já estar preparando a sociedade e preparando o Semiárido para as próximas secas, porque elas não de vir. Então a estratégia fundamental do governo é investir e mobilizar a sociedade, as organizações para ampliar muito a capacidade de acesso e de estocagem de recursos naturais, principalmente água e forragem para as famílias camponesas da região. Este trabalho precisa ser mais intensivo agora, mas ele é permanente. Porque tem pequenos criadores que hoje estão vendendo os seus animais a preços muito baixos nas feiras, entregando praticamente de graça para não vê-los morrer de fome e sede em suas propriedades. Mas têm outros criadores que estavam conseguindo atravessar essa crise em função da sua estratégia de estocagem. No final de 2011, eu visitei um criador em Ouricuri que tinha silagem, tinha mandacaru e que estava conseguindo, de alguma forma, manter na propriedade, recursos vitais armazenados para a manutenção dos animais. Então a estratégia, a partir da agroecologia, recomenda potencializar aquilo que o Semiárido tem para resistir àqueles momentos de crise do bioma, que ninguém vai conseguir mudar nunca.

Centro Sabiá - Como a Academia pode avançar no preparo de profissionais para lidar com a agroecologia, com uma agricultura que tenha essa perspectiva agroecológica?

Marcos Figueiredo - Um dos papéis da Academia é formar profissionais para entender essa realidade, para atuarem no meio rural. Agora mesmo, nós estamos finalizando um

curso de especialização com o apoio do CNPq, do IPA, e da Secretaria Executiva de Agricultura Familiar do Estado de Pernambuco, com participação de 41 estudantes vinculados aos movimentos sociais do estado de Pernambuco, ONGs e também às organizações de assistência técnica e extensão rural. Todos esses estudantes estão elaborando, neste momento, os artigos, os trabalhos de conclusão de curso sobre temas como convivência com o Semiárido, segurança alimentar, soberania alimentar e agroecologia. Foi um curso de dois anos em que nós juntamos pessoas que estão construindo esse conhecimento individualmente e coletivamente. Então foram apresentadas experiências valiosíssimas, sobre transição agroecológica, que vamos publicá-las na forma de sistematização de experiências. Cada estudante participou de uma equipe e foram trabalhar com uma comunidade do Semiárido para sistematizar uma experiência conjuntamente sobre as estratégias agroecológicas de convivência. Essa é uma contribuição que nós queremos continuar oferecendo à sociedade. Todavia, precisamos avançar muito mais na universidade porque aqui também tem muitas contradições e muitas desigualdades. Aqui predomina, ainda, o modelo da revolução verde, dos financiamentos para pesquisa para genoma, financiamentos para pesquisas muito especializadas com enfoques reducionistas. Isso é o que predomina. Recursos para pesquisas com a agroecologia ainda são minoritários, são muito poucos.

Centro Sabiá - Temos campus da UFRPE dentro de regiões como Serra Talhada, por exemplo, que está dentro de uma área de Semiárido. Como pensar o papel dessas universidades para a realidade local?

Marcos Figueiredo - Isso que você observa é interessante, porque parece que a universidade é uma bolha que não se envolve com a comunidade. Os muros são tão “altos” que eles não conseguem dialogar com a realidade. A universidade está lá, mas muitas não percebem a complexidade do Semiárido, nem em Garanhuns, nem em Serra Talhada e, conseqüentemente, acabam por transferir, parcialmente ou integralmente, conteúdos e currículos utilizados nos cursos da sede em Recife. Em minha opinião, estas unidades, Garanhuns e Serra, deveriam ter como foco a agricultura camponesa, a convivência com o Semiárido, além de trabalhar com outros segmentos sociais (quilombolas, indígenas, mulheres camponesas, juventude rural, entre outras) aproveitando a diversidade e o volume de recursos das políticas públicas federais. Nesses termos, esse rural representa um grande campo de trabalho para os nossos estudantes, como também um lugar para o exercício de uma formação acadêmica referenciada na complexa e rica realidade social do Semiárido. Então, não vemos o Semiárido como atraso, mas como um lugar de oportunidades para a Universidade Rural, que é a única de Pernambuco e uma das quatro do Brasil. Infelizmente, o que a universidade está pesquisando lá no sertão é a produção em escala voltada para a irrigação, com utilização de insumos da revolução verde, coisas e conhecimentos exógenos, que não fazem parte da realidade do Semiárido e, por isso, não são sustentáveis. Então, temos campus novos, no sentido físico, mas com a concepção antiga de agricultura ultrapassada, que é a concepção da revolução verde. Nós temos colegas, nessas unidades, recém-formados, pessoas jovens, que estão

pesquisando melão e outras culturas, mas na perspectiva no modelo do agronegócio, do mercado, do lucro.

Centro Sabiá - Qual o papel da agroecologia para mudar a forma de pensar a agricultura familiar no Brasil?

Marcos Figueiredo - A agroecologia tem uma dimensão fundamental que é a dimensão política. Ela supõe, necessariamente, o estabelecimento de relações sociais mais equitativas na sociedade. Sem o estabelecimento de relações sociais equitativas na família, na comunidade e na sociedade a Agroecologia não prospera. Isso inclui, necessariamente, uma relação também de respeito às relações de gênero que se estabelecem no empoderamento da mulher. Sem isso a agroecologia não avança. A agroecologia se coloca dentro de uma perspectiva de ruptura da ciência agrônoma convencional, da ciência positivista, para a produção do conhecimento mais participativo com sujeitos, como são as comunidades rurais, mas também com estratégias produtivas que significam uma resistência dentro da unidade de produção. A estratégia agroecológica, para mudança nas relações sociais e na relação com a natureza, inicia-se dentro da unidade de produção familiar. A mudança começa no nível micro, da unidade de produção familiar. A mudança no manejo dos recursos naturais, a substituição dos insumos químicos por insumos ecológicos, a mudança na mentalidade das pessoas. Inicia-se, nesse âmbito, para depois atingir a comunidade, o município e posteriormente a região. É um processo progressivo de mudanças que avança de modo sistêmico, envolvendo todas as dimensões da realidade. Então, reafirmando, a estratégia agroecológica advoga a

mudança nos agroecossistemas, que é a base de sustentação política de toda e qualquer sociedade na contemporaneidade. Se não fizermos essa mudança não seremos capazes de fazer as mudanças nos outros âmbitos. Se não conseguirmos fazer a mudança na produção, nas tecnologias, não faremos as outras mudanças necessárias para a sustentabilidade da família camponesa, em particular, e da sociedade de modo geral. Porque é a partir do quintal, do roçado, que a família começa a mudar, não somente a forma de produzir, mas a forma de se relacionar com o mundo, de construir uma nova cosmovisão, um novo sentido para continuar vivendo no campo. Mesmo que não pareça é uma mudança profunda e complexa. É a partir dessa mudança que começa a construir novos papéis sociais, começa a atuar mais publicamente, a se relacionar com outras famílias da comunidade, a constituir pequenas redes de articulação, de solidariedade, de respeito mútuo. Então, é imprescindível pensar que a estratégia agroecológica não parte de um discurso vazio, de um discurso genérico. No Semiárido, ela parte de mudanças dentro da unidade de produção. De como é que os agricultores, as organizações, a sociedade e o estado vão atuar para, no contexto do Semiárido, construir estratégias de estocagem: de forragem, de alimentos, de água, de sementes e outros recursos fundamentais para a família e para a reprodução daquele agroecossistema. Sem isso não se consegue enfrentar essa problemática que existe e que são estigmas prolongadas.

Mudança de consciência para a convivência com o Semiárido

Dom Egídio Bisol

Centro Sabiá - Como foi a sua vinda para o Brasil e como foi o impacto com o Semiárido?

Dom Egídio - Eu cheguei ao Brasil no dia 31 de janeiro de 1976 e cheguei a São José do Egito em 14 de fevereiro. São duas datas que ficaram bem gravadas na minha memória porque marcaram profundamente a minha vida. Já era padre, tinha me ordenado pela diocese de Vicenza, na Itália, tinha passado três anos numa comunidade paroquial. Depois, de acordo com meu bispo, eu tinha vindo para um projeto de cooperação entre Igrejas, que minha diocese na Itália havia assinado com o saudoso Dom Francisco. Poucos meses depois, Dom Francisco disse que o nosso campo de trabalho continuaria sendo a “cabeça do Pajeú”. Digo “nosso” porque chegamos três padres: eu, padre Caetano e padre José, todos da mesma região e mais ou menos da mesma idade. Então ficamos morando os três em São José do Egito e assumindo juntos o que se chamava a “cabeça do Pajeú”, os municípios de Itapetim, Tuparetama, São José do Egito, Brejinho, Santa Teresinha e depois, também, Ingazeira.

É claro que uma das coisas que, desde o começo, mais me chamou a atenção foi a realidade daqui do Semiárido. Os nossos predecessores, Pe. Mario Costalunga e Pe. Giandoménico, já tinham feito vários trabalhos nessas épocas de seca para ajudar o pessoal a enfrentar melhor essa realidade; e a gente pode continuar um pouco nessa direção. Nos anos piores, chegamos a promover pequenas frentes de trabalho comunitárias, em que era a própria comunidade que ia administrando esse trabalho a partir das suas necessidades, gerenciando os recursos que conseguíamos como, também, instalando poços e cisternas na região de São José. Em nossa perspectiva, os trabalhos que estavam sendo feitos deveriam servir, sobretudo, para ajudar as pessoas a crescerem na consciência de que a seca não é uma “sina”, que eles devem aceitar passivamente ou então pedindo esmola aos governantes. Mas que, nessa realidade do sertão, poderíamos conviver com a seca encontrando caminhos para armazenar água e para armazenar alimentos para os bichos. Algumas outras experiências foram sendo realizadas, por exemplo, com engenhos e casas de farinha comunitárias: um trabalho que juntou a parte prática com a preocupação de conscientização. Procurávamos fazer com que as atividades realizadas fossem instrumento para ajudar as pessoas a crescerem na sua consciência política. Era, também, muito importante a orientação que Dom Francisco dava ao trabalho pastoral; não um trabalho somente espiritualista, mas dando ênfase à preocupação com a pessoa toda. Ele sempre repetia: “Jesus não veio salvar almas, mas salvar gente”.

Centro Sabiá - Dom Egídio, na visão que o senhor tem de luta pela convivência, o que atrapalha essa mudança de perspectiva nas pessoas?

Dom Egídio - Eu acho que o que mais atrapalha o Semiárido é tratar da seca apenas no tempo da seca; é como falar em política somente em ano eleitoral. A gente tem que trabalhar em outros momentos, quando os ânimos estão mais calmos. Correr atrás de emergência, quando realmente existe uma situação de emergência, faz com que tenhamos que fazer as coisas às pressas e muitas vezes não bem pensadas. Acho que temos uma falha grave por parte dos governantes e do próprio povo: quando está chovendo parece que os assuntos do Semiárido não existem. A própria população não diz 'vamos nos prevenir', 'vamos pensar num abastecimento diferente para nossa cidade', 'vamos pensar num tipo de agricultura que possa enfrentar, também, os tempos de estiagem', 'vamos pensar como a gente vai aprender a armazenar alimentos para enfrentar essas dificuldades'. Não, no tempo em que tem um bom inverno, parece que não existem problemas no Semiárido. As questões do Semiárido existem sempre.

Muita coisa no nosso Sertão melhorou. Faz 36 anos que estou aqui e vi uma mudança enorme no sertão. Vi melhorias nas comunicações: quando eu cheguei, para telefonar para a Itália, eu tinha que ir até Caruaru. Agora, com seu celular, em qualquer canto você pode telefonar. Mudanças nas estradas, no transporte, educação, saúde. Além disso, tivemos, também, mudanças nas atitudes das autoridades e na consciência da população. Mas quando falamos em abastecimento de água, por exemplo, ainda estamos quase nas mesmas condições de 30 anos atrás. Lembro que morei em São José do Egito, em 1982, em uma época de grande seca, e o açude da cidade secou. E como foi o abastecimento naquela época? Carro-pipa. Agora, trinta anos depois, o açude voltou a secar. Como é? Carro-pipa. Acho que temos que crescer nesse campo. Como é que agora quer se fazer uma adutora em dois meses quando poderia ter sido feita com calma e

melhor ao longo de anos? Por que só agora se descobrem poços como o que foi encontrado em Riacho do Meio, com uma vazão grande, mais de 20 mil litros de água por hora? Por que não houve uma insistência com a silagem, que é uma técnica relativamente simples para guardar alimentos para os animais? Eu já encontrei, infelizmente, muitos silos, que foram feitos para armazenar alimentos, que agora servem como chiqueiro de porcos. Esses são elementos que deveriam ser pensados, tanto pelos governantes como pelo próprio povo, para a realidade de convivência com o Semiárido e não sonhando com grandes soluções que no fim não dão em nada. Agora, por exemplo, estamos vendo a obra para “transposição” do Rio São Francisco. Foi feita toda aquela confusão, parecia que ou se fazia logo, ou alguém lá em cima morria; parecia que era o grande trunfo para resolver os problemas. Gastou-se muito dinheiro, muita coisa foi estragada, estragaram o meio ambiente e está tudo parado; o estrago que prevíamos já foi feito. Se pelo menos agora tivéssemos água, mas nem isso. Então, deve-se mudar a mentalidade. É claro que em tempo de seca muita gente está sofrendo, então temos que recorrer a medidas emergenciais, algumas estão sendo tomadas. A vantagem agora é que tem mais organismos que podem ajudar: os sindicatos, por exemplo.

Acho, também, que sempre o momento de emergência, de seca, vai despertar a necessidade de viver um pouco mais a solidariedade entre nós, por ser um momento de maior sofrimento. Porém, isso deve nos ajudar a entender que mais importante que essas ações emergenciais é fazer uma ação que reestruture a nossa região, preparando para enfrentar esses momentos que não são “extraordinários”. Extraordinário é o terremoto desses dias lá no norte da Itália, a seca não. A seca, a gente sabe que pode demorar um ano, dois, três, mas depois ela chega.

Centro Sabiá - Dom Egídio, o senhor trouxe dados sobre gastos exorbitantes que não trazem resultados para a convivência. Ainda nesta questão do dinheiro, sabemos que muitas pessoas agem com ganância pensando em lucrar ainda mais nesse momento de seca. Qual a relação que podemos fazer do dinheiro e seca?

Dom Egídio - Eu acho que você e eu sabemos muito bem que onde corre muito dinheiro a tentação de se aproveitar é muito forte. Jesus dizia que o dinheiro é um concorrente de Deus. Ou Deus, ou o dinheiro. Ele dizia porque sabia que o dinheiro era algo muito importante e muito perigoso. Isso em todos os campos, eu falo sobre esse assunto com muita tranquilidade, inclusive dentro da Igreja, o dinheiro é uma tentação forte, alguns fatos recentes são provas disso. Temos que nos defender. Quando tem todos esses recursos chegando, também pode existir alguém que queira se aproveitar. Eu acho que uma grande pista de ações das organizações, da sociedade, e também da própria Igreja, será de ficar com os olhos abertos e fiscalizar o uso desses recursos; se eles realmente vão chegar aos locais para aonde foram destinados e amenizar o sofrimento de tantas pessoas e também dos animais. Pois, aqui no nosso sertão, estamos vendo que além do problema humano tem, também, o problema com os animais, que fazem parte dos nossos recursos. Rebanhos que se perdem de um dia para o outro; é muito complicado para o agricultor repor seu rebanho quando recomeçar a chover.

Centro Sabiá - Como a Diocese de Afogados da Ingazeira pode ajudar na construção de uma nova forma de pensar o Semiárido?

Dom Egídio - Todo o apoio que a Diocese vem dando, através dos seus instrumentos, aos pequenos agricultores, vai nessa direção.

Falar em pequena agricultura é falar numa mudança de mentalidade das pessoas, mas também em uma mudança na própria relação entre pessoa humana e natureza. O trabalho que a Diocese faz, através da CPT, com grupos de assentados da reforma agrária, possui muito desse aspecto. Estamos, inclusive, na Diocese, com um grupo de pessoas que trabalham num projeto que gostaríamos que fosse um projeto piloto, no sentido de provar que o Semiárido é viável. Quando eu digo “viável” não é só de dizer que a pessoa tem o que comer. Os jovens não aceitam mais viver na agricultura só para ter o que comer. Os pais podem até fazer isso, mas os filhos não aceitam mais essa situação. E eu acho justa esta posição dos jovens. O Semiárido possui melhores condições para viver - também do ponto de vista econômico - do que quem vai para a cidade e vira assalariado, muitas vezes com salário mínimo. É um projeto que estamos tentando elaborar, ainda está em fase de reflexão, com a ajuda também da Cáritas e da CPT. Queremos dar um sinal, um exemplo, de que isso é possível, para ver se os jovens se animam a permanecer na terra e a encontrar, neste relacionamento com a mãe terra, uma qualidade de vida que nenhuma cidade vai poder oferecer. Esse sonho da cidade, do trabalho, do salário, eu acho que é uma grande ilusão e se a gente pudesse dar algum sinal concreto de que é possível ter outros sonhos, eu acho que seria uma ajuda muito grande para nossa região.

Centro Sabiá - Como é a atuação da Diocese de Afogados na questão de estruturas físicas também?

Dom Egídio - A Diocese tem o seu Setor Pastoral Social, esse é que é o braço operativo da Diocese neste campo. Ele trabalha em duas direções: na direção da assistência e, também, da conscientização e mudança das estruturas. Quase todas as paróquias têm sua Obra

Social e, por meio dela, vão realizando essas intervenções a partir das possibilidades que a paróquia tem, às vezes, até pedindo ajuda em outros lugares, para poder atender às necessidades. As atividades podem ser diferentes, mas a finalidade é sempre a mesma: ajudar as pessoas a se sentir gente, filhos de Deus, e a fazer com que essa dignidade seja cada vez mais reconhecida e respeitada nos relacionamentos pessoais como, também, nas estruturas da sociedade.

Convivência com o Semiárido como diretriz para a vida na região

Alexandre Pires

Centro Sabiá - Convivência com o Semiárido ou Combate à seca?

Alexandre Pires - Sem dúvida nenhuma, convivência com o Semiárido. Eu acho que, ao longo do tempo, nossas discussões sobre as políticas para o Semiárido, para a população do Semiárido, com a população do Semiárido, vêm mostrando que a ideia e o conceito de combate à seca não cabe mais, nunca coube e só reforçaram interesses privados, interesses que não ajudam a população do Semiárido a conviver com o seu próprio ambiente.

Centro Sabiá - Ao longo das nossas entrevistas, as respostas realmente foram para o caminho da convivência com o Semiárido, mas em muitos momentos, as políticas apresentadas tinham um caráter emergencial de Combate à seca. Como integrante do Centro Sabiá, qual a sua opinião sobre esse tipo de política pública?

Alexandre Pires - Acho que essa pergunta vem mostrando, de fato, que há uma opção clara por parte das organizações

da sociedade civil, como um todo, pelo conceito de convivência com o Semiárido. No entanto, os programas e políticas governamentais ainda não conseguem conceber e não adotam o conceito de convivência com o Semiárido na construção das políticas. É interessante pontuar que, quando a gente fala de convivência, estamos falando de construir formas, jeitos, estratégias para que a população que vive nas regiões semiáridas consiga conviver. Ou seja, viver na sua propriedade, viver na sua casa, trabalhando na roça, cuidando dos animais e consolidando esse espaço, como espaço de trabalho e de vida, sem precisar sair para outras cidades por causa da seca, que é uma situação que nós vamos vivenciar por vários anos ainda pela frente, porque a seca é um fenômeno natural. Quando estamos falando dessas estratégias, das formas de fazer, estamos falando da importância da cisterna, da importância de estocar alimentos, ração para os animais, de estocar as sementes nativas, as sementes e grãos de feijão, de milho, de sorgo, de várias outras plantas que os agricultores produzem. Estamos falando da importância do manejo dos animais, dos remédios naturais da Caatinga, está falando do manejo da Caatinga, de não queimar a vegetação e a terra, em suma estamos falando de reflorestar. Diferente dos programas e políticas de Combater à seca. Nós nunca conseguiremos combater a seca, porque ela é um fenômeno natural e isso já foi dito por outras pessoas. No entanto, o estado brasileiro, os governos dos estados e os governos municipais, até hoje, nunca construíram um programa e um plano de prevenção, um plano que cuide e dê atenção à população, principalmente rural, para o período de estiagem, que é algo

recorrente. Todos os anos temos quatro meses de chuva, em média, e oito meses de estiagem. E pode ocorrer - como essa seca que estamos vivenciando agora em 2012 - de tempos em tempos, secas de mais de um ano. Mas até agora nenhum governo, nem municipal, nem estadual, nem federal, elaborou nenhum plano que atenda às necessidades da população, no sentido de prevenir determinadas situações. Assim como em algumas regiões do Brasil existem grandes cheias, e os governos constroem planos de emergência para o período das cheias, precisamos, também, de planos de emergência para os períodos de seca. Isso significa dizer que para construir um plano de emergência, para um período de seca, é necessário dar tempo, ouvir a população, construir isso junto com a população e não dentro dos gabinetes.

Em síntese: precisamos de um plano de prevenção à situação de seca, de estiagens, assim como de um plano de emergências para o momento em que estiver acontecendo as secas. Até hoje a gente não tem. Acredito que estamos em um período muito oportuno² em que os conselhos municipais, de desenvolvimento rural sustentável, as associações de agricultores, os sindicatos, as cooperativas precisam cobrar dos candidatos a prefeitos dos municípios a execução desses planos, pressionando para que aqueles que serão eleitos chamem a população para construir esses planos conjuntamente.

² De eleições municipais. [nota da organizadora]

Centro Sabiá - Como você vê a criação, em conjunto, do Centro Sabiá de tratar esse tema da seca nos programas de rádio, e o uso do rádio como ferramenta social?

Alexandre Pires - Essa sua pergunta me leva a lembrar que o Centro Sabiá, juntamente com a Diocese de Afogados da Ingazeira, com a FETAPE, com os vários sindicatos, várias cooperativas, outras ONGs, como é o caso do CECOR, lá em Serra Talhada; da Casa da Mulher do Nordeste, da Diaconia, o Caatinga, lá na região do Araripe, foram organizações pioneiras no estado de Pernambuco na discussão sobre a convivência com o Semiárido. Na década de 80 iniciaram-se os processos de mobilização, de reivindicação de políticas mais afirmativas, de políticas mais estruturantes para melhoria das condições da população que vive no Semiárido, principalmente nesse período de estiagem. Então, o Centro Sabiá fez parte desse processo do Fórum Seca, que deu origem mais tarde à ASA, no início dos anos 2000. O Fórum Seca, em Pernambuco, teve um papel muito importante no sentido de mobilizar a população a construir estratégias para que essas situações de seca, que a gente vai vivenciando a cada momento, fossem menos impactantes.

Temos, de fato, dentro dos conselhos nacional, estaduais e nos conselhos municipais reafirmado a importância da ASA como uma articulação que contribui de forma significativa para mudar a vida das famílias do Semiárido. Como estamos vivenciando esse processo de seca, a ideia de fazer essa série de entrevistas com pessoas de ONGs, das universidades, das instituições de pesquisa e dos próprios governos é,

exatamente, no sentido de trazer diversas opiniões para que a população tenha a opção de escutar várias reflexões e formular, também, a sua crítica a essa situação que temos vivido; que, de certa forma, ainda é uma situação bastante complicada porque não estamos vendo no concreto, no caso na zona rural, essas políticas e esses programas de emergência dos governos se efetivarem. Então, essa foi a ideia, de levar opiniões para também ajudar a população a refletir sobre essa realidade. E acaba uma temporada agora, mas a gente começa outra temporada pensando um pouco mais com outras dimensões, com outras questões que não serão mais de entrevistas, mas, também, de educação, de esclarecimento da população sobre essa situação.

ABA

Associação Brasileira de Agroecologia

ASA

Articulação Semiárido Brasileiro

Ater

Assistência Técnica e Extensão Rural

Caatinga

Centro de Assessoria e Apoio a aos Trabalhadores/as
e Instituições Não Governamentais Alternativas

Cecor

Centro de Educação Comunitária Rural

Centru

Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural

CNBB

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPq

Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

Consea

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional

CPT

Comissão Pastoral da Terra

CTA

Centro Técnico Aeroespacial

CUT

Central Única dos Trabalhadores

Diaconia

Organização Social Brasileira Sem Fins Lucrativos
e de Inspiração Cristã

Dnocs

Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

Fetape

Federação dos Trabalhadores na
Agricultura do Estado de Pernambuco

Ifocs

Inspetoria Federal de Obras Contrás as Secas

Inpe

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPA

Instituto Agrônômico de Pernambuco

MDS

Ministério do Desenvolvimento Social e
Combate à Fome

Ongs

Organizações não governamentais

P1+2

Programa de Formação e Mobilização Social para
Convivência com o Semiárido: Uma Terra e Duas Águas

P1MC

Programa de Formação e Mobilização
Social para a Convivência com o Semiárido:
Um Milhão de Cisternas Rurais

PAA

Programa de Aquisição de Alimentos

PAE-PE

Programa de Ação Estadual de Combate à
Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca

Pnae

Programa Nacional de Alimentação Escolar

Prorural

Programa Estadual de Apoio ao Pequeno
Produtor Rural

PTA/Centro Josué de Castro

Projeto de Tecnologias Alternativas, desenvolvido pelo Centro Josué de Castro

Seaf

Secretaria Executiva de Agricultura Familiar

Semas

Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco

Sudene

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TRE

Tribunal Regional Eleitoral

TSE

Tribunal Superior Eleitoral

UFRPE

Universidade Federal Rural de Pernambuco



foto: Acervo Centro Sabiá

Alexandre Pires

Biólogo e mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Coordenador Geral do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá. Representante da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e na coordenação executiva ampliada da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).



foto: Acervo ASACom

Antônio Barbosa

Sociólogo, coordenador do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Uma Terra e Duas Águas (P1+2), da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA).



foto: Acervo pessoal

Dom Egídio Bisol

Bispo na Diocese de Afogados da Ingazeira, em Pernambuco. Nasceu em 1947 na cidade de BassanodelGrappa (Itália) e foi ordenado presbítero em 1972 na Diocese de Vicenza. Em 1975, foi enviado para a diocese de Afogados da Ingazeira, no Sertão pernambucano, acolhido pelo então bispo diocesano Dom Francisco Austregésilo de Mesquita Filho. Exerceu o seu ministério em São José do Egito e Serra Talhada, colaborando ao mesmo tempo em diversas pastorais diocesanas. Em 2008 foi enviado a serviço da Igreja de Roraima, onde se encontrava no momento em que foi nomeado bispo. Em janeiro de 2010 foi ordenado e iniciou o serviço como bispo em Afogados da Ingazeira.



foto: Acervo FETAPE

Doriel Barros

Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape), desde 2010. Ingressou na federação em 2002 como secretário de Política Agrária. Agricultor familiar, iniciou sua militância como líder comunitário. Integrou o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Foi diretor da Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares por dois mandatos. Liderança jovem, contribuiu com a organização da juventude rural no Movimento Sindical Rural e teve uma excelente atuação política partidária em seu município, colaborando com as campanhas políticas do Partido dos Trabalhadores da região.



foto: Acervo Centro Sabiá

Edna Maria do Nascimento

Educadora popular, graduada em história, mestre em Ciências Políticas e Sócia do Centro Sabiá.



foto: Acervo pessoal

João Suassuna

Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), especialista em Planejamento Florestal (FGV-RJ) e mestre em Botânica (UFRPE). Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, é um dos maiores especialistas do país em questões de hidrologia do Semiárido. Autor de diversos livros e artigos sobre a questão. Defensor da ideia de que não é necessário transformar o Semiárido, mas sim se adaptar a ele, propõe inovações para a prática da agricultura, pecuária e, sobretudo, uso da água na região.



foto: Acervo SARA

José Aldo dos Santos

Secretário de Agricultura e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco. Graduado em Agronomia e mestre em Administração Rural pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Trabalhou na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e no Reassentamento de Itaparica-PE. Coordenou o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá e foi membro da Coordenação Estadual da ASA-PE, Coordenação Executiva da ASA-Brasil e Coordenação Nacional da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia. Teve um papel estratégico no fórum da sociedade civil que resultou na criação da Secretaria Executiva da Agricultura Familiar – SEAF onde exerceu o papel de secretário executivo.



foto: Acervo Centro Sabiá

Marcos Figueiredo

Sócio fundador do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, professor adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)/Departamento de Educação, membro do Núcleo de Agroecologia e Campesinato e coordenador geral do curso de especialização “Convivência com o Semiárido na Perspectiva da Segurança e Soberania Alimentar e da Agroecologia” da UFRPE.



foto: Acervo Consea

Maria Emília Pacheco

Antropóloga, assessora da FASE Solidariedade e Educação, integrante do Núcleo Executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), da coordenação do Fórum Brasileiro de Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional e Presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).



foto: Acervo ASACom

Naidison Baptista

Educador, técnico do Movimento de Organização Comunitária (MOC), coordenador executivo da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) pelo estado da Bahia, presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Bahia (Consea – BA) e presidente da Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC).



foto: Acervo Caatinga

Paulo Pedro de Carvalho

Engenheiro agrônomo, é secretário municipal de produção rural, recursos hídricos e meio ambiente de Ouricuri – PE. Integrou a equipe da organização Caatinga por 22 anos. Foi ponto focal da sociedade civil no combate à desertificação.



foto: Acervo AS-PTA

Paulo Petersen

Coordenador-executivo da AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia e vice-presidente da Associação Brasileira de Agroecologia. É engenheiro agrônomo pela Universidade Federal de Viçosa e mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Internacional de Andaluzia. Integra o Fórum Permanente de Agroecologia da Embrapa e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Atua como editor da Revista Agriculturas: experiências em agroecologia e é membro dos conselhos editoriais da Revista Brasileira de Agroecologia e da Agroecology and Sustainable Food Systems.



foto: Internet

Sérgio Mendonça

Graduado em Engenharia Florestal e Licenciatura em Ciências Agrárias pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Gestor do Programa do Semiárido, Caatinga e Combate à Desertificação da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco. Na secretaria também foi gestor de Proteção e Uso Sustentável dos Recursos Naturais entre os anos de 2007 e 2011, elaborando e acompanhando Projetos e Programas.



foto: Acervo pessoal

Wedna Galindo

Psicóloga, é autora do livro “Intervenção Rural e Autonomia: a experiência da Articulação no Semiárido/ASA em Pernambuco”, pela Ed. Universitária da UFPE (2008), que corresponde à sua pesquisa de Mestrado em Sociologia, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Esta é uma publicação do **Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá**. Rua do Sossego, 355, Santo Amaro Recife/PE – CEP: 50050-080 – Fone/Fax (81) 32237026/3323 | sabia@centrosabia.org.br | www.centrosabia.org.br | **Diretoria - Presidente:** Jones Severino Pereira. **Vice-presidente:** Ivonete Lídia Vieira. **Secretária:** Joana Santos. **Conselho Fiscal:** Rivaneide Almeida, Tone Cristiano e Sandra Rejane. **Coordenação – Coordenador Geral:** Alexandre Henrique Bezerra Pires. **Coordenador de Articulação Política:** Adeildo Fernandes. **Coordenadora Zona da Mata:** Ana Cruz. **Coordenador Agreste:** Carlos Magno Moraes. **Coordenadora Sertão:** Jacinta Gomes | **Gerência Administrativo Financeira:** Verônica Batista | **Equipe Técnica:** Alberto Barros, Antônio Bezerra Júnior, Ewerton França, Gleidson Amaral, Janaina Ferraz, Júlio Valério de Oliveira, Lucimário Almeida, Maria Edineide de Oliveira, Miriam Lima, Nicléia Nogueira, Paulo Portes, Raimundo Daldemberg, Rosana Paula da Silva, Welligton Gouveia, Victor Barbosa e Vilma Machado. **Equipe Administrativa:** Alexsandro Honório, Darliton Lima, Demetrius Falcão, Edilene Barbosa, Iran Severino da Conceição, Jullyana Lucena, Márcia do Amaral, Pedro Eugênio e Vânia Luiza. Estagiário de Administração: Jackson Helder de Oliveira. **Núcleo de Comunicação:** Laudence Oliveira, Nathália D’Emery e Sara Brito (estagiária). **Núcleo de Mobilização de Recursos:** Maria Cristina Aureliano.

Entrevistas e produção: Catarina de Angola, Daniel Lamir, Laudence Oliveira e Nathália D’Emery. | **Colaboração:** Sara Brito. | **Organizadora:** Wedna Galindo. | **Revisão ortográfica:** Andréa Luz | **Edição:** Catarina de Angola (DRT PE /4477). | **Projeto Gráfico:** Alberto Saulo. | **Tiragem:** 1.000 exemplares | **Impressão:** Gráfica Provisual.

O trabalho do Centro Sabiá também recebe apoio das seguintes organizações:

Heifer; terre des hommes schweiz; Habitat; Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese); União Europeia; Petrobras; Fundo Socioambiental/ Caixa Econômica Federal; Fundo Brasileiro para Biodiversidade (Funbio); Fundo Nacional de Mudanças Climáticas (FNMC); Projeto Dom Helder Câmara (PDHC); Secretaria de Agricultura Familiar e Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC).

O Centro Sabiá desenvolve ações institucionais em parceria com:

Caatinga e Diaconia

Realização



CENTRO DE DESENVOLVIMENTO
AGROECOLÓGICO

Apoio



O Centro Sabiá faz parte das seguintes articulações:

